

COLÉGIO EXECUTIVO

**PROJETO POLÍTICO
PEDAGÓGICO**

2025

COLÉGIO EXECUTIVO

**PROJETO POLÍTICO
PEDAGÓGICO**

**Marcelo dos Santos Zorzetti
Gestor Educacional**

**Alessandra Ramos D'Abadia Zorzetti
Secretária Geral**

2025

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO	04
2. OBJETIVOS E PRINCÍPIOS	04
3. FINALIDADES	04
4. INTRODUÇÃO	04
5. HISTÓRICO	05
6. CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS	06
6.1. Função social da escola	06
6.2. Eixos norteadores	06
6.3. O trabalho pedagógico.....	06
6.4. Problemas elencados quando da elaboração do P.P.P.....	09
6.5. Metas	09
7. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	10
I – Gestão Educacional	10
II – Secretaria.....	12
III – Coordenação Pedagógica	12
IV – Coordenação Disciplinar.....	14
V - Equipe Administrativa.....	14
VI – Corpo Docente	15
VII – Corpo Discente	18
8. RECURSOS MATERIAIS, DIDÁTICOS E FINANCEIROS	20
8.1. Estrutura Física	20
8.2. Recursos Materiais/Didáticos.....	20
9. CURRÍCULO	20
9.1. Apresentação.....	20
9.2. Matriz curricular.....	21
9.3. Objetivos do Ensino Fundamental Anos Finais.....	21
9.4. Objetivos do Ensino Médio.....	22
9.5. Metodologia	23
10. MATRÍCULA E FREQUÊNCIA	23
11. AVALIAÇÃO, RECUPERAÇÃO, PROMOÇÃO E PROMOÇÃO PARCIAL, AVANÇO, CLASSIFICAÇÃO, PROGRESSÃO	23
11.1. Avaliação da Aprendizagem	23
11.2. Verificação do rendimento escolar	24
11.3. Recuperação	26
11.4. Promoção.....	27

11.5. Avanço e aproveitamento de estudos	27
11.6. Aceleração	28
11.7. Classificação e Reclassificação	28
11.8. Progressão.....	29
12. CONSELHO DE CLASSE.....	29
13. EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	31
14. CALENDÁRIO	33
15. CRONOGRAMA DE PROJETOS	33
16. AVALIAÇÃO DO PROJETO.....	34
17. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	35
18. ANEXOS	39

1. IDENTIFICAÇÃO

Endereço: Avenida Liberdade Quadra - 58-A, Lote - Área 1

Bairro: Garavelo B

Município: Goiânia/GO

CEP: 74354-060

Telefone: (62) 3288 4611

E-mail: colegioexecutivo@hotmail.com

Portal: www.colegioexecutivogyn.com.br

Autorização de Funcionamento nº: Resolução nº 647 de 25 de novembro de 2022 do CEE

2. OBJETIVOS E PRINCÍPIOS

Estando a escola inserida num contexto social, econômico e político, cada vez mais dinâmico e complexo, onde o desenvolvimento tecnológico acontece de maneira acelerada e revolucionária, mudando completamente a maneira de viver das pessoas e tornando-se uma questão primordial para a sobrevivência do ser humano, tanto a Gestão Educacional do Colégio Executivo quanto a aplicação de sua Política Educacional, procurará nortear-se pelo princípio da democratização do processo de ensino/aprendizagem, pautando-se no resgate dos valores da educação, no desenvolvimento das competências e habilidades necessárias para o sucesso das transformações sociais no que tangem à comunidade escolar como um todo (alunos, pais, funcionários administrativos e professores desta instituição de ensino) no cumprimento de nosso dever social e do direito do cidadão, procurando atingir suas metas a partir dos princípios e competências que se propõe na BNCC e suas novas adaptações de acordo com a nova Política Nacional de Ensino Médio, instituída pela Lei nº 14.945/2024.

3. FINALIDADES

O Colégio Executivo tem por finalidade: atender o disposto nas Constituições Federal e Estadual, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e no Estatuto da Criança e do Adolescente, ministrar, o Ensino Fundamental Anos Finais e o Ensino Médio, observadas em cada caso, a legislação e as normas especificamente aplicáveis.

4. INTRODUÇÃO

De maneira aberta e flexível, com muitos anseios e indagações, tentativas e esperanças, procuramos construir uma escola democrática preocupada com a valorização dos profissionais e a formação do aluno como sujeito crítico intelectualmente, independente, com competência científica e como ser participativo, protagonista, capaz de receber e interpretar as informações recebidas e utilizando o seu próprio saber em benefício próprio e em prol de uma sociedade justa e mais humana, onde os valores éticos e morais serão respeitados.

Conscientes de que a educação é o instrumento principal de mudança perante um mundo injusto e violento, carente de pessoas eficientes, é que a comunidade educativa deste colégio pretende tornar este projeto uma realidade.

5. HISTÓRICO

O Colégio Executivo foi criado no ano de 1997, com a Resolução de Autorização nº 358 de 04 de junho de 1997. Funciona em um prédio alugado.

Nosso Colégio oferece o Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio na modalidade Regular. Possui aproximadamente de 340 alunos no turno matutino.

O Colégio dispõe de um excelente espaço físico, totalizando uma área de 2.260 m², sendo: 11 salas de aula normais, atendendo alunos de 10 à 18 anos de idade, 1 sala de mídias, 1 sala de projeto de vida, 1 sala de professor, 1 secretaria, 1 arquivo, 1 tesouraria, 1 sala de direção, 1 almoxarifado, 2 salas de coordenação, 1 sala de biblioteca, 1 laboratório de ciências, 5 sanitários masculinos e 5 femininos para alunos, 2 sanitário masculinos e 2 femininos para colaboradores, 1 cozinha, 1 quadra de esporte com 360 m² coberta, 1 cantina.

Atualmente, a Unidade Escolar conta com 17 professores. Sendo todos formados em nível superior. Conta ainda com 2 servidores administrativos, 2 nos serviços gerais, e 2 coordenadoras.

A administração do Colégio Executivo, dentro de um processo democrático e participativo, tem reservado momentos para que ocorram reuniões periódicas com alunos, pais e funcionários.

Em nossa Unidade de Ensino o aluno gasta em média 4 (quatro) anos para a conclusão do Ensino Fundamental Anos Finais e de 3 (três) anos para a conclusão do Ensino Médio Regular.

A duração das aulas na 2ª fase do Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio é de 50 minutos.

A nossa Unidade de Ensino oferece no turno matutino Ensino Fundamental Anos Finais (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio Regular. No turno vespertino, contamos com complementação curricular, plantão de dúvidas e iniciação esportiva.

Propomos um projeto voltado ao ensino com qualidade, temos o objetivo de aplicarmos metodologias ativas, pautadas em um processo dinâmico, adaptando-se às características da comunidade escolar e do currículo a ser cumprido, aperfeiçoando-se continuamente.

Atualmente, as principais propostas comunicam-se com o protagonismo de nossos alunos e na intervenção do professor enquanto mediador do processo de aprendizagem, realizando o cumprimento curricular regular e retomadas curriculares temporais, necessárias para recomposição de defasagens diagnosticadas no decorrer do processo pedagógico.

O desenvolvimento das competências e habilidades propostas devem oportunizar todas as capacidades indispensáveis à formação integral do indivíduo.

Somente com a participação coletiva, integração e empenho de todos, encontraremos soluções para construção de elementos que permitirão uma prática reflexiva, fazendo do ambiente escolar um lugar privilegiado de aprendizagem, respeitando as diferenças sociais e culturais na busca de uma sociedade mais justa e igualitária.

Sendo a Escola um dos instrumentos mais importantes no processo de transformação social, buscaremos desenvolver atividades integradas e críticas quanto à realidade na qual o colégio está inserido, proporcionando um significado diferenciado para as aprendizagens, uma consciência coletiva da necessidade de reflexão sobre todo o trabalho a ser desenvolvido e realizado dentro da instituição de Ensino.

Vem ao encontro das colocações acima a lei federal nº 15.100/2025 que define quanto ao uso de aparelhos celulares e similares no ambiente escolar, bem como a Resolução que a regulamenta, Resolução CEE/CP 01, de 31 de janeiro de 2025. Esta medida é fator determinante para otimização de todos os processos pedagógicos e relacionais na instituição de ensino. Traz em seu bojo uma medida que era aguardada por aqueles que compreendem, de fato, o quanto poderemos ter resultados mais amplamente significativos em todos os aspectos educacionais.

Portanto, pautaremos todas as atividades do Colégio, do pedagógico ao administrativo, com o objetivo de construir e “reconstruir”, de forma permanente, uma escola democrática capaz de contemplar todas as necessidades da comunidade onde está inserida. O caminho deste processo está em contínua construção, avaliação e reelaboração, na busca pela formação múltipla e empreendedora de nossos alunos.

6. CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS

6.1. Função Social da Escola:

Promover, ao aluno, acesso ao conhecimento sistematizado e, a partir deste, a produção de novos conhecimentos. Preocupar-se com a formação de um homem consciente e participativo na sociedade em que está inserido, tornando-se protagonista de sua própria história.

6.2. Eixos Norteadores:

1. Conhecimento
2. Pensamento científico, crítico e criativo
3. Repertório cultural
4. Comunicação
5. Cultura digital
6. Trabalho e projeto de vida
7. Argumentação
8. Autoconhecimento e autocuidado
9. Empatia e cooperação
10. Responsabilidade e cidadania

6.3. O Trabalho Pedagógico

O trabalho pedagógico caracteriza-se por meio da complexidade do ser humano e a formação do ser humano proposto nas instituições escolares.

Nos últimos séculos tivemos um grande avanço do nosso poder sobre a natureza, sobre a vida e sobre nós mesmos, gerado pela ciência e tecnologia. Este avanço traz também uma responsabilidade que envolve a forma como se está promovendo as relações entre o ser humano e o meio e consigo mesmo no desenvolvimento dos padrões de conhecimento e da própria sobrevivência. Esta relação com a vida não se faz apenas no âmbito regional, mas de forma global, pois são questões como a paz, a sustentabilidade da vida no planeta, a satisfação das necessidades básicas de todos, o respeito às liberdades fundamentais, os

mecanismos solidários de participação e criação coletiva, enfim são questões comuns a cada ser humano, e ao mesmo tempo de todos.

Os princípios da interdependência demonstram a maneira como nos relacionamos, mas será por meio de um aprendizado coletivo a respeito de nós mesmos que estaremos produzindo soluções para nossos problemas e criando caminhos para solucioná-los e transformar as condições que os propiciam; a educação e os mecanismos de transformação da cultura são ferramentas fundamentais nesse processo. O conhecimento que pode dirigir esta transformação requer uma nova concepção em relação ao homem e entender como criamos os mecanismos de destruição ou desenvolvemos cooperação, respeito e reverência pela vida.

A visão unidimensional do homem moderno transformou-o num ser especializado, identificado com pensamentos, com cargos e posições fixas. Ao perder contato com uma visão mais ampla e multifacetada de nós mesmos, muitos ficaram sem pontos de apoio, outros tantos, valendo-se da capacidade constante de aprender e mudar começaram a (re)descobrir dimensões perdidas ou não exploradas da nossa experiência. O afeto, as sensações, a intuição e uma nova percepção da corporalidade conectada à terra e ao universo foram se tornando mundos a serem desvelados e integrados. A ótica da complexidade vem nos ajudar a reconhecer que as diversas dimensões: do corpo, do sentimento, do pensamento e do espírito, estão presentes todo o tempo e atuam juntas mesmo que não estejamos conscientes delas. (Re) conhecer estas dimensões e como suas dinâmicas interagem, nos possibilita sair do coexistente para o integrado.

O profissional da educação deve antes de tudo aprender a refletir sobre as crises da humanidade, a fim de participar das decisões sociais e políticas de nosso tempo como cidadãos sociais, culturais e terrestres, resguardando a todos o direito e a possibilidade de intervenção, transformação, emancipação e reconstrução. Incentivar e estimular esse direito de cidadania e esse dever do cidadão é função de toda organização de aprendizagem e de todas as linguagens, quer artísticas, quer míticas, racionais ou empíricas.

Essa educação complexa, ética e solidária nasce da necessidade de investigar os novos paradigmas diante do questionamento de padrões e modelos reducionistas e fragmentados tão comuns no século XIX e que avançaram pelo século XX. A educação escolar, com seu sistema disciplinar e compartimentalizado de áreas, cursos e departamentos, não leva em consideração a urgência de uma reforma de pensamento para a emancipação do sujeito.

O reducionismo disciplinar conduz à fragmentação da formação do ser humano no sentido multidimensional, um exemplo é o desprezo das instituições por algumas áreas de conhecimento, como é o caso da Arte.

As artes despertam sensibilidade e afetividade, e essa subjetividade não só aprimorará o desempenho crítico e reflexivo, como também atuará na ampliação de capacidade criativa e lógica da pessoa. Outra função educativa da arte é a utilização de seus conteúdos – o conteúdo objetivo - a letra de uma música ou uma poesia, por exemplo, e o conteúdo subjetivo – intuição, prazer, sonho, fantasia, alegria - apreendidos na observação atenta e despretensiosa de uma escultura ou de uma pintura.

Outra questão fundamental, na função e objetivos primeiros da educação, que deveriam ser repensados pelas autoridades educacionais e pelos cidadãos comuns. Sua tarefa primeira não seria preparar a pessoa para o mercado profissional, atribuindo-lhe um diploma, mas permitir que o aprendiz descubra seus sonhos e os diferentes modos de realizá-los. Trata-se da alegria e do prazer.

Não basta nascer para ser feliz; o ser humano é responsável pela construção de sua felicidade. E se o poeta diz que a felicidade é feita de momentos, a escola deveria estar ao seu lado promovendo a ampliação desses momentos, cumprindo essa função social e humanitária.

A construção do conhecimento não precisa ser amarga, sisuda ou chata. Pode e deve ser alegre, leve e prazerosa, pois é o conhecimento o responsável pela libertação e emancipação humana. No entanto, a escola só se ocupa de preparar a pessoa para o trabalho, furtando-se ao compromisso de ensinar as coisas boas da vida, como escolher bem e criticamente um filme ou um livro, como apreciar uma obra de arte. Não estimula o prazer de escutar uma música, visitar uma exposição, passear por um parque, em contato com a natureza ou caminhar na praia.

A reforma do pensamento que assegura a mudança de comportamento e a abertura para as novas ideias incorpora uma necessidade social irrefutável: formar cidadãos aptos a enfrentarem os problemas de seu tempo.

Viver no risco e na incerteza é o grande desafio da condição humana. E a escola deveria preparar o sujeito para conviver com essa dualidade ambivalente e, ao mesmo tempo, complementar: limite e possibilidade. Esse exercício de compreensão é necessário para que possamos contribuir no processo de desenvolvimento e mudança na ciência, na pesquisa e em nossa prática cotidiana no âmago das sociedades.

Vivemos um momento de retomada de consciência e transformação. Percebemos o quanto os processos humanos, sejam eles inter-relacionais ou biológicos, ou a interação entre os dois é sistematizada, complementar e orgânica.

A vida humana, assim como o conhecimento, é uma aventura; uma viagem rumo ao incerto. Por isso, é importante que a reflexão esteja sempre ao lado da autorreflexão, e a crítica, ao lado da autocrítica, para que os indivíduos se percebam também sujeitos. Todos somos construtores do futuro que é incerto.

É imprescindível que a escola transmita às novas gerações a compreensão da condição humana em sua unidade e diversidade complexa. A compreensão de si e do outro como um diferente é uma garantia de solidariedade que envolve o respeito às liberdades, e isso só ocorre a partir de uma reforma de pensamento.

O problema da compreensão tornou-se crucial para os humanos. E, por este motivo, deve ser uma das finalidades da educação do futuro. Educar para compreender a matemática ou uma disciplina determinada é uma coisa; educar para a compreensão humana é outra. A compreensão é ao mesmo tempo meio e fim da comunicação humana.

O planeta necessita, em todos os sentidos, de compreensão mútua. Considerando a importância da educação para a compreensão, em todos os níveis educativos e em todas as idades, o desenvolvimento da compreensão pede a reforma das mentalidades. Esta deve ser a obra para a educação do futuro.

A reforma do pensamento, em época de incerteza, pressupõe a consciência reflexiva de si e de mundo para o exercício de uma auto ética que é complexa e entende o humano como um ser relacional que vive em comunidade. Assim, aceitar o outro e compreendê-lo de forma amorosa é condição ontológica da existência humana e implica mudança de atitude e perspectiva diante da vida.

Ações estratégicas e políticas públicas que possam fortalecer o papel do professor em um mundo globalizado e complexo mediado pelas tecnologias, incidindo, diretamente na prática pedagógica do professor:

- Desenvolver a competência cognitiva (domínio do conhecimento).
- Desenvolver a competência pedagógica (concepções, currículo, metodologia, avaliação e planejamento).
- Desenvolver a consciência política (lutar pelos direitos e exercer a sua cidadania).
- Trabalhar com projetos de trabalhos ou didáticos.
- Gerir o tempo pedagógico.
- Contextualizar o processo avaliativo.
- Conceber e fazer evoluir os dispositivos de diferenciação.
- Envolver os alunos em suas aprendizagens e em seu trabalho.
- Trabalhar em equipe.
- Participar da administração da escola.
- Informar e envolver os pais.
- Utilizar novas tecnologias.
- Enfrentar os deveres e os dilemas éticos da profissão.
- Administrar sua própria formação contínua.
- Conhecer e praticar os pilares da educação, propostos pela UNESCO: aprender a ser, aprender a conhecer, aprender a conviver ou a viver juntos e aprender a fazer.
- Dialogar com seus alunos.
- Problematicar os conhecimentos.
- Conscientizar seus alunos.
- Facilitar a participação e o pensamento.
- Tomar decisões conscientes.
- Disciplinar seus alunos com afetividade (amor).
- Estabelecer parâmetros ou limites com os alunos.
- Fazer o planejamento.
- Capacitar-se constantemente (formação continuada).

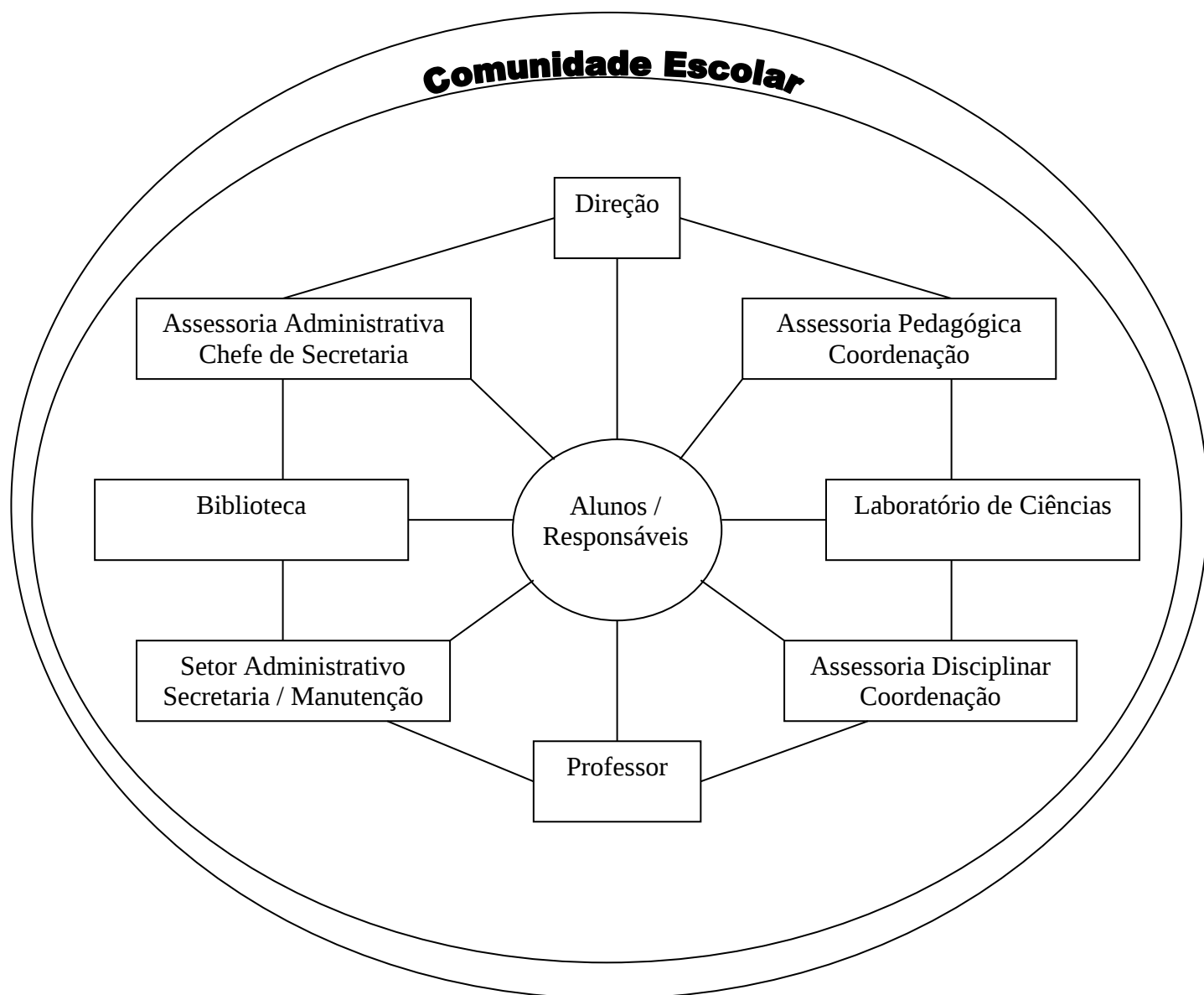
6.4. Problemas elencados quando da elaboração do P.P.P:

- Falta de participação da família no processo educacional;

6.5. Metas

- Implementação da nova BNCC e o desenvolvimento das competências e habilidades previstas no documento;
- Avaliação diagnóstica processual que leve em consideração todo o tempo de permanência e atuação do aluno em sala de aula e fora dela;
- Procurar conhecer o aluno;
- Buscar o comprometimento e participação dos pais na educação escolar;
- Apoio pedagógico aos professores através de coordenadores por disciplina e ou área de estudo;
- Articulação do trabalho pedagógico entre disciplina - interdisciplinaridade;
- Departamentos por disciplina ou área de estudo, laboratórios, oficinas
- Atendimento extraclasse;

7. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



A organização escolar compreende todos os setores necessários ao funcionamento da Unidade Escolar, abrangerá os seguintes serviços:

- I – Gestão educacional
- II – Chefe de Secretaria
- III – Coordenação Pedagógica
- IV – Coordenação Disciplinar
- V – Setor Administrativo
- VI – Corpo Docente
- VII – Corpo Discente

I – Gestão Educacional

A Gestão do Colégio Executivo, de caráter democrático e participativo, constitui-se em um núcleo de caráter executivo, cabendo-lhe organizar, superintender, coordenar e controlar todas as atividades desenvolvidas no âmbito da escola.

São atribuições do Gestor:

- I - Manter-se presente na unidade escolar, zelando pelo pleno desenvolvimento do projeto político-pedagógico da escola, assim como, pela pontualidade e frequência de seus servidores (professores e técnico-administrativos), pelo cumprimento integral da carga horária das aulas e pelo cumprimento das horas-atividade dos professores, articulando esta atuação com a finalidade principal da escola, ou seja, a formação do estudante.
- II - Incentivar, discutir e propiciar a compreensão da diversidade, como forma de promoção da inclusão social. A diversidade aqui mencionada é caracterizada, não apenas pelos vários tipos de deficiência física, mental, visual ou auditiva, mas pelas diferenças sociais, culturais e étnico-raciais, bem como, pelas diferenças de gêneros, de crenças e de valores;
- III - Cuidar para que os profissionais que atuam na escola cumpram prioritariamente, as funções que lhes foram atribuídas;
- IV - Encorajar e garantir, na escola, uma gestão participativa, envolvendo os vários segmentos da comunidade escolar;
- V - Ser responsável pela qualidade acadêmica da escola, coordenando e acompanhando os trabalhos da equipe pedagógica;
- VI - Acompanhar o desempenho dos docentes, dos agentes administrativos educacionais e dos estudantes;
- VII - Sensibilizar e organizar a participação dos pais, dos estudantes e da comunidade local na vida escolar;
- VIII - Organizar, administrar e articular o funcionamento da unidade escolar, garantindo o cumprimento dos 200 (duzentos) dias letivos e das 800 (oitocentas) horas de atividades escolares efetivas mínimas;
- IX - Coordenar a elaboração, a implantação, a implementação, o monitoramento e a avaliação do Projeto Político Pedagógico e do Regimento Escolar;
- X - Encorajar, exemplarmente, a ética da responsabilidade, segundo a qual, as pessoas são responsáveis por suas ações;

- XI - Encorajar e garantir, na escola, a reflexão sobre a prática da educação para o exercício da cidadania, num clima de confiança e de credibilidade, de aprendizagem e de compromisso com o sucesso, permanência e promoção dos estudantes;
- XII - Estimular a prática da avaliação, como instrumento gerencial.
- XIII - Contribuir para que o processo de ensino garanta sua relação com o processo de construção do conhecimento;
- XIV - Participar dos diversos momentos de estruturação da atividade escolar, seja na reestruturação do espaço físico, na organização do trabalho na escola, na relação escola/comunidade, ou na avaliação do rendimento escolar;
- XV - Acompanhar, monitorar e garantir a atualização dos dados da unidade escolar no sistema de gerenciamento da escola;
- XVI - Estimular e participar dos processos de avaliação da unidade escolar;
- XVII - Garantir o cumprimento do plano de trabalho da secretária e dos coordenadores pedagógicos, visando a melhor aprendizagem dos estudantes;

II – Secretaria

Os serviços da secretaria são de responsabilidade do Chefe de Secretaria, supervisionados pela direção, ficando a ela subordinados.

São atribuições do Chefe de Secretaria:

- I - Fornecer em tempo hábil as informações solicitadas;
- II - Organizar e manter em dia coletânea de Leis, regulamentos, resoluções, diretrizes, ordens de serviço e demais documentos;
- III - Coordenar as atividades da Secretaria da unidade escolar;
- IV - Secretariar os Conselhos de Classe e outras reuniões similares;
- V - Organizar e manter atualizados os documentos da unidade escolar e da vida escolar do estudante, inclusive os diários de classe, de forma a permitir sua verificação em qualquer época;
- VI - Capacitar, incentivar e monitorar seus auxiliares;
- VII - Utilizar os instrumentos e documentos do Sistema de Gestão para registrar e manter atualizado os dados dos estudantes (dados cadastrais, enturmação, frequência, avaliações etc.), professores (dados cadastrais e de modulação, etc.) e da escola (cursos e modalidades de ensino ministrados, matriz curricular, etc.), responsabilizando-se pelo processo de manutenção dos dados da escola, dos docentes e agentes administrativos educacionais e dos estudantes e pela veracidade dos dados;
- VIII - Expedir e autenticar os certificados de conclusão de curso e outros documentos pertinentes;
- IX - Lavrar, em atas, anotações de resultados finais, de recuperação, de exames especiais, de classificação e reclassificação e de outros processos avaliativos;
- X - Orientar, acompanhar e monitorar os professores quanto à escrituração escolar sob sua responsabilidade;
- XI - Auxiliar o Coordenador Disciplinar no trabalho de acompanhamento, monitoramento, avaliação e garantia de execução dos serviços de limpeza e segurança;

XII - Ser responsável, juntamente com o gestor, pela frequência de todos os colaboradores da instituição

III – Coordenação Pedagógica

A função de Coordenador Pedagógico é desenvolver o papel de articulador e integrador das atividades pedagógicas e do cotidiano escolar, garantindo a efetiva aprendizagem do estudante por meio do apoio, orientação, acompanhamento, monitoramento e avaliação do trabalho desenvolvido pelos docentes, garantindo o desenvolvimento de todas as atividades e ações constantes na matriz curricular em desenvolvimento na unidade escolar e dos diversos projetos implantados.

São atribuições da Coordenação Pedagógica:

I - Acompanhar, assessorar, avaliar e retroalimentar o processo de elaboração, execução e implementação do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola; garantindo sempre que este reflita uma preocupação sistemática com o conhecimento, sua transmissão, construção e articulação com a vida da comunidade onde a escola está inserida;

II - Elaborar e divulgar na unidade escolar o plano anual de trabalho pedagógico para o ano letivo, considerando as diretrizes recebidas dos órgãos reguladores, a realidade técnico pedagógica e as necessidades dessa instituição;

III - Sensibilizar os professores e demais funcionários para realização de um trabalho articulado, integrado e participativo, com foco no sucesso do estudante;

IV - Coordenar a execução e a implementação de programas e projetos, compreendendo seus fundamentos, seus objetivos e sua operacionalização;

V - Articular o trabalho pedagógico desenvolvido no interior da escola, de forma a manter a integração e inter-relação entre as ações desenvolvidas pelos professores das diversas disciplinas do currículo escolar;

VI - Estabelecer, cooperativamente, com o gestor, docentes e colaboradores administrativos educacionais diretrizes, metas e ações estratégicas a serem alcançadas em cada programa e/ ou projeto em desenvolvimento, assegurando a sua efetividade e, por conseguinte, o sucesso do estudante;

VII - Planejar com os professores, acompanhar, assessorar, avaliar e retroalimentar a operacionalização do trabalho pedagógico na unidade escolar;

VIII - Realizar, periodicamente, visitas à classe para acompanhamento do trabalho pedagógico do professor;

IX - Orientar o professor no preenchimento de instrumento de acompanhamento do desempenho do estudante;

X - Organizar e coordenar, periodicamente, momentos de estudo com a equipe escolar, como forma de garantir práticas reflexivas e dialéticas, assegurar a integração e inter-relação do saber das diversas áreas e manter os professores atualizados;

XI - Elaborar e acompanhar projetos da escola junto aos professores e comunidade escolar;

XII - Manter o corpo docente e administrativo atualizado quanto a leis, resoluções, pareceres e portarias referentes ao trabalho técnico-pedagógico;

- XIII - Elaborar gráficos demonstrativos de rendimento dos estudantes para serem utilizados como um dos instrumentos de análise de evidências da qualidade do desempenho global da turma, por ocasião da realização dos Conselhos de Classe;
- XIV - Participar dos Conselhos de Classe realizados pela escola, colhendo informações sobre o fazer pedagógico e o desempenho do estudante, para posterior estudo, análise e planejamento docente;
- XV - Organizar as atividades realizadas no contraturno e visitas semanais às salas de aula (relatório de visitas a ser preenchido e estudado com os professores).
- XVI - Acompanhar o desenvolvimento do estudante em relação ao seu desempenho, participação e comportamento, auxiliando os professores em tomadas de decisão;
- XVII - Contactar os pais, quando necessário, auxiliando os professores quanto à resolução de problemas referentes ao desenvolvimento do estudante;
- XVIII - Avaliar e analisar com os professores alternativas para melhoria do processo de ensino e de aprendizagem dos estudantes em condição especial;
- XIX - Organizar, junto com o gestor e coordenador de disciplina, os momentos de trabalho coletivo na escola;
- XX - Elaborar, periodicamente, relatórios qualitativos e quantitativos, para ações de correção junto à comunidade escolar;
- XXI - Participar de encontros pedagógicos, capacitação continuada e reuniões, quando convocado pela direção;
- XXII - Apoiar e incentivar a escola em iniciativas de inovação da gestão escolar;
- XXIII - Estimular, divulgar e socializar ações bem sucedidas quanto à melhoria dos resultados de aprendizagem dos estudantes;
- XXIV - Assessorar a unidade escolar na realização da escrituração escolar, organização do Conselho Escolar, encontros culturais etc.

IV – Coordenação Disciplinar

Ao longo do dia, o Coordenador de Disciplina é, de um modo geral, o responsável pelo funcionamento das atividades práticas da unidade escolar.

São atribuições da Coordenação Disciplinar:

- I - Acompanhar a entrada e saída dos alunos na unidade escolar;
- II - Supervisionar a verificação do uso do uniforme pelos alunos;
- III - Acompanhar alunos e professores nos intervalos das aulas e no recreio;
- IV - Atender aos alunos quanto a situações adversas, em se tratando do fator disciplinar;
- V – Acompanhar todo o processo que envolva a manutenção da devida disciplina e ordem para o bom andamento dos processos técnico-pedagógicos da Unidade Escolar;
- VI - Estar à disposição dos pais todos os dias, nos horários das 7h30 às 11h30.

V – Equipe Administrativa

A Equipe Administrativa é um conjunto de profissionais responsáveis pelas atividades complementares da escola e desempenham papel importantíssimo na preparação do ambiente adequado ao desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico da unidade escolar.

Assim sendo, devem desenvolver suas atividades em conjunto com os demais funcionários da unidade escolar para enfrentar problemas, encaminhar soluções, realizar experiências inovadoras, promovendo, sempre um clima satisfatório entre todas as pessoas que fazem parte da comunidade escolar.

Os Agentes Administrativos Educacionais, além de desenvolverem as funções de forma satisfatória, devem buscar conhecimentos e conceitos básicos relacionados à gestão do patrimônio escolar, concebendo e internalizando o entendimento de que a presença de uma unidade escolar, em uma comunidade, inclui usos sociais diversificados do patrimônio escolar, que caracterizam a possibilidade de sua abertura para a comunidade. Eles deverão atuar, de forma integrada, à equipe pedagógica da escola, contribuindo com o processo de formação de cidadania por meio do uso habitual dos valores humanos positivos.

A Equipe Técnica Administrativa Educacional é composta por:

- I - Auxiliar Administrativo;
- II - Auxiliar de Serviços Gerais;
- III - Vigia/Porteiro.

São atribuições do Auxiliar Administrativo:

- I - Zelar pelos arquivos ativos e passivos da unidade escolar;
- II - Atender ao público;
- III - Realizar procedimentos de elaboração de atas e registros da rotina escolar, matrícula, transferência, boletim, ficha individual, certificado, histórico e outros registros da vida escolar do estudante, utilizando o Sistema de Gestão;
- IV – Desenvolver outras atividades inerentes a seu cargo que lhe forem atribuídas por seu superior.

São atribuições do Auxiliar de Serviços Gerais:

- I - Manter o prédio e áreas abertas sempre limpas e as lixeiras sempre vazias;
- II - Zelar pela conservação do patrimônio escolar e pela preservação ambiental.
- III – Desenvolver outras atividades inerentes a seu cargo que lhe forem atribuídas por seu superior.

Atribuições do Vigia/Porteiro

- I - Controlar a entrada e a saída de pessoas;
- II - Zelar pelo patrimônio da escola;
- III - Prestar as informações necessárias sobre os setores de atendimento da unidade escolar.
- IV – Desenvolver outras atividades inerentes a seu cargo que lhe forem atribuídas por seu superior.

VI – Corpo Docente

Os professores, principais desencadeadores do processo ensino-aprendizagem, no exercício de sua função compete contribuir na formação integral

dos alunos, manter clima favorável ao desenvolvimento do processo educacional e estimular aos alunos o hábito de estudos.

São atribuições do Corpo Docente:

I - Participar do planejamento e execução dos projetos coletivos da unidade escolar especialmente do Projeto Político Pedagógico, Regimento Interno, Conselhos Escolares, dentre outros;

II - Elaborar, previamente, seu Plano de Curso, a partir das orientações gerais do projeto político pedagógico da escola, levando em conta a realidade e vocação do município em que a unidade escolar está inserida, as experiências socioculturais dos estudantes, trabalho esse executado em parceria com os professores da mesma disciplina, de forma integrada e interdisciplinar, com os professores das demais áreas de conhecimento com a colaboração da equipe pedagógica da escola, visando a integração dos diferentes níveis de ensino;

III - Planejar, a partir das matrizes de habilidades e competências;

IV - Elaborar, regularmente, o seu plano de aula de forma contextualizada, interdisciplinar visando ao desenvolvimento de uma metodologia significativa e ativa;

V - Participar do conselho de classe, reuniões pedagógicas e encontros coletivos convocados pela direção;

VI - Participar de programas de capacitação continuada, buscando aperfeiçoar-se na sua área de atuação;

VII - Manter atualizados os documentos de escrituração escolar sob sua responsabilidade (registro de conteúdo, frequência, registro de avaliações e notas) conforme orientações do secretário geral da unidade escolar e com base na legislação vigente e nas diretrizes elencadas neste documento;

VIII - Elaborar e executar, em parceria com o coordenador pedagógico, o Plano Individualizado de Educação, atendendo as necessidades específicas dos estudantes com necessidade educacionais especiais e dos estudantes que apresentam dificuldades de aprendizagem ou de acompanhamento da turma;

IX - Cumprir os 200 (duzentos) dias letivos, a carga horária específica da sua disciplina ou área de conhecimento, prevista na matriz curricular do curso e com o efetivo cumprimento do horário integral das aulas, ou seja, iniciar e terminar as aulas, nos dias e horários previstos no calendário escolar;

X - Não dispensar as turmas, antes do encerramento das aulas;

XI - Evitar, tanto quanto possível, marcar consulta médica durante o período de trabalho;

XII - Zelar pela construção de uma cultura de preservação e valorização patrimonial;

XIII - Promover atividades de recuperação contínua com os estudantes;

XIV - Informar aos estudantes sobre o processo de avaliação da aprendizagem esclarecendo os objetivos, critérios e metodologia de todo processo avaliativo;

XV - Comprometer-se com o sucesso da aprendizagem dos alunos sob sua responsabilidade, tendo em vista a melhoria da qualidade do ensino ministrado na unidade escolar.

XVI - Utilizar os resultados da avaliação no replanejamento das aulas e do plano de curso, incluindo-se no processo avaliativo, portanto, colocando-se em condições de

repensar as análises, escolhas e decisões tomadas refazendo o percurso, levando em consideração os dados coletados e o desempenho dos estudantes.

Nome	Graduação	Especialização	Turma	Turno	Disciplina que ministra
Simone Ramos de Araújo de Oliveira	Letras (português/inglês)	-	6º A 7º A/B 8º A 9º A 1º A/B	Matutino	Redação - Ensino Fundamental Anos Finais / Ensino Médio
Letícia Beatriz Oliveira	Letras (português)	-	1º A/B 2º A/B 3º A/B	Matutino	Gramática/Literatura - Ensino Médio
Ednara da Silva Medeiros Santos	Letras (português) Pedagogia	-	6º A 7º A/B 8º A 9º A	Matutino	Gramática / Literatura – Ensino Fundamental Anos Finais
Miller dos Santos Neves	Matemática	-	6º A 7º A/B 8º A 9º A 1º A 3º B	Matutino	Matemática - Ensino Fundamental Anos Finais Matemática para ENEM - Ensino Médio Redes Sociais – Ensino Médio
Emerson Delfino Rosa	Matemática	- Mestrando em Matemática	2º A/B 3º A/B	Matutino	Matemática - Ensino Médio Lógica e Cotidiano – Ensino Médio
Andreia Santana Maciel	Ciências Biológicas	Especialista em Genética	6º A 7º A/B 8º A 9º A 1º A/B 2º A/B 3º A/B	Matutino	Ciências - Ensino Fundamental Anos Finais Biologia – Ensino Médio
Lindinaldo Torres Barbosa	Química	- Docência em ensino superior	1º A/B 2º A/B 3º A/B	Matutino	Química - Ensino Médio Ciência e Alimentação – Ensino Médio
Nayton Bruno Furtado Pessoa	Física	- Mestrando em Física	1º A/B 2º A/B 3º A/B	Matutino	Física - Ensino Médio
Maria de Jesus Costa Santos	Geografia	- Especialista em métodos e técnicas de ensino	6º A 7º A/B 8º A 9º A 1º A/B 2º A/B 3º A/B	Matutino	Geografia - Ensino Fundamental Anos Finais Projeto de Vida - Ensino Fundamental Anos Finais / Ensino Médio
Luiz André Dias Tavares	Geografia	- Especialista em docência universitária	1º A/B 2º A/B 3º A/B	Matutino	Geografia - Ensino Médio Sociologia – Ensino Médio Política – Ensino Médio
Ryan Ryansky Mauri Silva	História	Especialista em Ciências Humanas	6º A 7º A/B 8º A 9º A 1º A/B 2º A/B 3º A/B	Matutino	História - Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio

Eugênio Carlos Brito	Letras (Inglês)	Certificado em proficiência pela Cambridge e em Fundamentals of ELT pela Pearson Educational	6º A 7º A/B 8º A 9º A 1º A/B 2º A/B 3º A/B	Matutino	Inglês - Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio
Yaneth Roxana Lipa Quilla	- Letras (Português/Espanhol) - Letras (Português/Inglês) - Pedagogia	-	6º A 7º A/B 8º A 9º A 1º A/B 2º A/B 3º A/B	Matutino	Espanhol - Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio
Deyla Moreira Meneses	Educação Física	Especialização em Nutrição Esportiva	6º A 7º A/B 8º A 9º A 1º A/B 2º A/B 3º A/B	Matutino	Educação Física - Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio
Túlio Pascal Rios dos Santos	Letras: língua portuguesa	- Mestrado em Letras e Linguística - Especialista em Leitura e Produção textual - Especialista em Literatura Brasileira	1º A/B 2º A/B 3º A/B	Matutino	Redação – Ensino Médio Filosofia – Ensino Médio
Camila de Paula Borges	Pedagogia		6º A 7º A/B 8º A 9º A 1º A/B 2º A/B 3º A/B	Matutino	Arte - Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio Ensino Religioso - Ensino Fundamental Anos Finais
Jéssyca Paula Guimarães Borba	Matemática		1º A/B	Matutino	Matemática – Ensino Médio

VII – Corpo Discente

O corpo Discente é constituído por todos os alunos regularmente objetos no Estabelecimento de Ensino.

No ato da matrícula, o aluno assumirá compromisso de respeitar as autoridades constituídas, o Regimento Escolar e demais normas vigentes.

Para admissão na qualidade de aluno, o candidato deverá satisfazer as exigências e os requisitos neste Projeto e demais normas vigentes.

São diretos dos alunos:

- I – Tomar conhecimento no ato da matrícula, das disposições neste regimento;
- II – Conhecer os Programas de Ensino e a Proposta Pedagógica que operacionalizam o Currículo Pleno de seu curso e serão desenvolvidos durante o ano letivo;
- III – Receber assistência educacional de acordo com suas necessidades, observadas as possibilidades do Estabelecimento de Ensino;
- IV – Recorrer às autoridades escolares quando se sentir prejudicado;
- V – Ser respeitado e tratado com urbanidade e equidade;
- VI – Ter sua individualidade respeitada pela comunidade escolar sem discriminação de qualquer natureza;

- VII – Participar das atividades escolares sociais, cívicas e recreativas destinadas à sua formação;
- VIII – Receber todas as provas e trabalhos escolares corrigidos com as respectivas notas, critérios utilizados na correção, bem como ser informado de seus erros e acertos;
- IX – Tomar conhecimento, via boletim, ou equivalente do seu rendimento escolar e sua frequência;
- X – Requerer matrícula, renovação de matrícula, transferência e outra documentação, se com 18 (dezoito) anos de idade ou mais e através de seus pais ou responsáveis, se com menos de 18 (dezoito) anos de idade;
- XI – Requerer, documentadamente, ao Conselho de Classe, revisão de resultados quando se sentir prejudicado, se com 18 (dezoito) anos de idade ou mais e via dos pais ou responsáveis se com menos de 18 (dezoito) anos de idade.

São deveres dos alunos:

- I – Cumprir o Regimento Escolar e demais normas que regem o ensino;
- II – Frequentar com assiduidade e pontualidade as aulas e demais atividades escolares;
- III – Desempenhar, com responsabilidade todas as atividades escolares em que a sua participação for exigida;
- IV – Abster-se de atos que perturbem a ordem, a moral e os bons costumes ou importem em desacato às leis, às autoridades constituídas, quando no desempenho de suas funções;
- V – Contribuir no que lhes couber para:
 - a) conservação e manutenção do prédio, mobiliário, equipamentos e outros materiais de uso coletivo;
 - b) higiene e limpeza das instalações escolares.
- VI – Comunicar à coordenação o seu afastamento temporário, por motivo de doença ou outros, mediante documento comprobatório;
- VII – Atender as determinações nos diversos setores do Estabelecimento de Ensino, no que lhe compete;
- VIII – Indenizar os prejuízos quando produzir danos materiais no Estabelecimento de Ensino ou a terceiros;
- IX – Incumbir-se das obrigações que lhes forem atribuídas no âmbito de sua competência, pelo Estabelecimento de Ensino;
- X – Prestar contas das tarefas executadas em cumprimento de incumbências recebidas;
- XI – Tratar com civilidade os colegas, professores e demais servidores do Estabelecimento de Ensino;
- XII – Respeitar as propriedades alheias;
- XIII – Atuar com responsabilidade e probidade na execução de todas as atividades escolares;
- XIV – Zelar pelo bom nome da instituição procurando honrá-la com adequado comportamento social e conduta irrepreensível, concorrendo sempre onde quer que se encontre, para elevação de seu próprio nome e do Colégio Executivo.

Com base nos princípios de justiça e equidade, bem como visando a pessoa humana em desenvolvimento, o Regulamento Disciplinar do Colégio Executivo tem por finalidade especificar e classificar as transgressões disciplinares praticadas pelos alunos, enumerando as causas e circunstâncias que influenciem em seu julgamento, bem como enunciar as punições disciplinares estabelecendo uniformemente do critério utilizado em sua aplicação.

As normas disciplinares devem ser encaradas como um instrumento a serviço da formação integral do aluno, não sendo toleráveis nem o rigor excessivo, que desvirtua ou deforma, nem a benevolência paternalista, que a desfibra e degenera.

Estão sujeitos a este Regulamento todos os alunos do Colégio Executivo.

A competência para aplicar punição disciplinar é inerente ao cargo e não ao grau hierárquico, sendo competentes para aplicá-las:

I - Coordenador de Disciplina: Advertência e Repreensão.

II - Coordenação Pedagógica: Advertência e Repreensão.

III - Gestor : Advertência, Repreensão, Suspensão assistida e Transferência assistida

Aqueles que não possuem competência funcional para punir, ao tomarem conhecimento de um fato contrário à disciplina, no Colégio Executivo deverão participar à autoridade competente.

Quando, para preservação da disciplina, a ocorrência exigir uma pronta intervenção, a autoridade de maior hierarquia ou antiguidade que presenciar ou tiver conhecimento do fato, deverá tomar imediatas providências para impedir seu prosseguimento e, na medida do possível, reparar as consequências negativas, dando ciência à autoridade competente, pelo meio mais rápido, do fato ocorrido e das providências em seu nome tomadas.

A punição aplicada pode ser anulada, relevada, atenuada ou agravada pela autoridade que aplicou ou por outra superior competente, quando tiver conhecimento de fatos que recomendem tal procedimento.

8. RECURSOS MATERIAIS/DIDÁTICOS

8.1. Estrutura Física:

O Colégio dispõe de um excelente espaço físico, com uma área de 1900 m², sendo: 12 salas de aula normais ativas, atendendo alunos de 10 à 18 anos de idade, rampa com corrimão na entrada principal, rampa na entrada de alunos, corrimãos nas escadas de acesso ao pavimento superior, 4 salas de aula com data show, 1 sala de professor, 1 secretaria, 1 arquivo, 1 tesouraria, 1 sala de direção, 2 almoxarifados, 2 salas de coordenação, 1 sala de biblioteca, 1 laboratório de ciências, 1 sala de projeção de mídias, 5 sanitários masculinos e 5 femininos, 1 sanitário unissex para PNE, 1 cozinha, 1 quadra de esporte com 360m² coberta, 1 cantina e amplo pátio aberto.

8.2. Recursos Materiais/Didáticos:

O Colégio conta com um considerável conjunto de recursos didáticos para um bom desempenho dos professores e conseqüentemente melhoria da aprendizagem, a saber: Todo o ambiente escolar com acesso à internet, 1 sala de multimídias (com internet cabeada, tv 55', projetor e telão), 1 sala de aula com internet cabeada para

Projeto de vida, 1 globo, 1 mapa mundi, 1 mapa político, 1 mapa do Brasil, 1 mapa de Goiânia, 1 mapa cronológico da história, 1 mapa das divisões das regiões brasileiras, 1 mapa da tabela periódica, 1 mapa ciclo da vida, 1 mapa do corpo humano, 1 mapa histórico da I e II Guerra Mundial, 1 mapa do Estado de Goiás, 1 mapa do Rio Grande do Norte, 2 aparelhos de som portátil, 1 máquina xerox, 5 computadores, 4 impressoras, 4 microfones, 2 caixas de som, material didático (livro), plataforma digital.

Há um laboratório de ciências com 1 microscópio, lâminas, balança, álcool, vidraria (variada), luvas, algodão, estiletes, lancetas, kit de tipagem sanguínea, termômetro e soluções para experimento.

Para as aulas de Educação Física contamos com bolas de futsal, handebol, vôlei, basquete, tênis, raquetes e petecas, jogos de dama, xadrez normal, xadrez gigante e colchonetes.

Quanto à biblioteca, é um espaço pedagógico cujo acervo está à disposição de toda comunidade escolar durante o horário de funcionamento do colégio, é coordenada por um funcionário designado pela mantenedora e tem um acervo bibliográfico composto por material adquirido pelo colégio e por doações de outras instituições e de terceiros. As normas da biblioteca disciplinam sua organização e seu funcionamento.

O responsável pela biblioteca escolar tem como orientação planejar juntamente com o coordenador pedagógico o funcionamento da biblioteca escolar, orientar os alunos na utilização adequada do livro e das técnicas de estudo, realizar o registro, tombamento, classificação, codificação e arquivo do acervo, cuidar de sua manutenção e conservação, fazer o controle diário do atendimento da biblioteca, fornecer à direção, em tempo hábil, dos dados referentes ao atendimento, organizar e atualizar o acervo em relação a recortes de assuntos relativos à educação e outros de interesse do colégio, bem como a sua ampla divulgação à comunidade escolar, fornecer informações à coordenação pedagógica sobre novas aquisições de livros e publicações, elaborar relatórios sobre as atividades da Biblioteca.

9. CURRÍCULO

9.1. Apresentação

Na elaboração do projeto educativo, a comunidade escolar, debate, expõe de forma clara os valores coletivos assumidos, determinando prioridades e definindo resultados desejados. Conscientes destas ações, parte-se para a estruturação do currículo que é eixo norteador das propostas do projeto.

A escola está trabalhando em consonância com as orientações da BNCC, com os diversos projetos propostos, Visita ao Planetário, Visita ao Espaço das Profissões – UFG, Goiânia: Patrimônio Histórico – Art Déco, Visita ao Memorial do Cerrado, Mostra Cultural, Festa Junina, Amanhar, Jogos Interno e Externos.

Temos uma interação com a comunidade, que nos auxilia na execução da proposta pedagógica desta instituição, tendo como meta principal aumentar o índice de aprovação,

condicionado à formação cidadã de nossos alunos, possibilitando um ensino qualitativo com rendimento diferenciado quanto ao processo de aprendizagem.

9.2. Matriz Curricular

Fundamentada na Lei Nº 9394/96 e nas normas gerais da Educação, a nossa Matriz Curricular contempla, de 6º a 9º ano do Ensino Fundamental Anos Finais, 1040 (mil e quarenta) horas da Base Comum e 80 (oitenta) horas da Parte Diversificada, totalizando 1120 (mil cento e vinte) horas aula; no mínimo 200 (duzentos) dias letivos e a hora-aula de 50 (cinquenta) minutos no turno matutino. Os conteúdos de História e Geografia de Goiás serão integrados às respectivas disciplinas. A temática Cultura Afro-brasileira será inserida na disciplina de história. Os temas transversais serão integrados aos conteúdos dos componentes curriculares da Base Nacional Comum Curricular.

No Ensino Médio, o Colégio trabalha com a Matriz Curricular contemplando, no mínimo, 200 (duzentos) dias letivos, de 1ª a 3ª série, carga horária anual de 960 (novecentos e sessenta) horas da Base Comum e 240 (duzentos e quarenta) horas da Parte Diversificada, totalizando 1.200 (mil e duzentas) horas aula. Cultura, História Afro Brasileira e Indígena (Lei Nº11.645/08), estão inseridas aos componentes curriculares de Arte, História, Língua Portuguesa e Geografia.

Prevenção e enfrentamento ao Bullying (Lei Nº17.151/12), integrados aos componentes curriculares. Os conteúdos voltados ao processo de envelhecimento e o respeito à valorização do idoso são integrados aos componentes curriculares. Resolução Nº171/2005 – CEE/GOIÁS. A Educação Física é componente curricular obrigatório, sendo facultativa ao educando apenas nas circunstâncias previstas na LDB. São temas relevantes: saúde, diversidade, sexualidade, gênero, vida familiar, social e política, direitos das crianças e adolescentes, educação ambiental, educação para o consumo, educação fiscal, educação para o trânsito, trabalho, ciências e tecnologia, diversidade cultural, drogas, prevenção ao Bullying e direitos dos Idosos serão ministrados integrados aos componentes curriculares.

9.3. Objetivos do Ensino Fundamental Anos Finais

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular, e o DC-GO – Anos Finais (<https://drive.google.com/file/d/1Azp1--SgLzWRkZmP-NSISjt7PnONoTkN/view?usp=sharing>) o Ensino Fundamental Anos Finais deve proporcionar ao aluno condições para:

- compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito;
- posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas;
- conhecer características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais como meio para construir progressivamente a noção de identidade nacional e pessoal e o sentimento de pertinência ao país;

- conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais;
- perceber-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente, identificando seus elementos e as interações entre eles, contribuindo ativamente para a melhoria do meio ambiente;
- desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades afetiva, física, cognitiva, ética, estética, de inter-relação pessoal e de inserção social, para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania;
- conhecer o próprio corpo e dele cuidar, valorizando e adotando hábitos saudáveis como um dos aspectos básicos da qualidade de vida e agindo com responsabilidade em relação à sua saúde e à saúde coletiva;
- utilizar as diferentes linguagens — verbal, musical, matemática, gráfica, plástica e corporal — como meio para produzir, expressar e comunicar suas ideias, interpretar e usufruir das produções culturais, em contextos públicos e privados, atendendo a diferentes intenções e situações de comunicação;
- saber utilizar diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para adquirir e construir conhecimentos;
- questionar a realidade formulando-se problemas e tratando de resolvê-los, utilizando para isso o pensamento lógico, a criatividade, a intuição, a capacidade de análise crítica, selecionando procedimentos e verificando sua adequação.

9.4. Objetivos do Ensino Médio

O Ensino Médio, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular, e o DCGO – EM (https://drive.google.com/file/d/1pIKv1_7pzTA859afrTxjNI24J6kGWhgD/view?usp=sharing), propõe ao aluno a formação geral em oposição à formação específica; o desenvolvimento de capacidades de pesquisa, buscar informações, analisa-las e seleciona-las; capacidade de aprender, criar, formular ao invés do simples exercício de memorização. Para isso se propõe:

- Integrar-se ao mundo contemporâneo nas dimensões fundamentais da cidadania e do trabalho;
- Desenvolver suas habilidades mediante a contextualização, interdisciplinaridade, assim como o raciocínio e a capacidade de aprender;
- A aquisição de conhecimentos básicos, preparação científica e capacidade para usar as diferentes tecnologias relativas às áreas de atuação;
- Confrontar opiniões e pontos de vista sobre as diferentes manifestações da cultura;
- Conhecer a fonte de legitimação de acordos e condutas sociais e como representação simbólica de experiências humanas manifestadas nas formas de sentir, pensar e agir na vida social;

- Orientar a formação de um cidadão para aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser;
- Desenvolver a curiosidade e o gosto de aprender praticando efetivamente o questionamento e a investigação;
- É importante que o aluno perceba que as definições, demonstrações e encadeamentos conceituais e lógicos têm a função de construir novos conceitos e estruturas a partir de outros e que servem para validar intuições.

9.5. Metodologia

A metodologia proposta por esta instituição prioriza fundamentalmente a criatividade e o ensino que tenha o aluno como protagonista de sua própria aprendizagem. Busca priorizar metodologias ativas para contemplação do processo cognitivo.

As metodologias ativas são estratégias de ensino que têm por objetivo incentivar os estudantes a aprenderem de forma autônoma e participativa, por meio de problemas e situações reais, realizando tarefas que os estimulem a pensar além, a terem iniciativa, a debaterem, tornando-se responsáveis pela construção de conhecimento.

Neste modelo de ensino, o professor torna-se coadjuvante nos processos de ensino e aprendizagem, permitindo aos estudantes o protagonismo de seu aprendizado. Ele deverá propor ao aluno formas de trabalho onde o educando tenha oportunidade de ser responsável, de escolher, de planejar, de agir de acordo com os planos e de julgar seus próprios erros e acertos.

As boas maneiras deverão ser trabalhadas e desenvolvidas pela comunidade educativa, expressas nas atitudes de seus membros, em suas motivações e no estilo de suas relações.

Incentivar a expressão em todos os planos: escrevendo, desenhando, pintando, dramatizando e cantando.

Dar espaço para discussão e análise críticas dos conteúdos trabalhados.

A metodologia desenvolve também atividades como: jogos, gincanas, leitura, formação de contadores de histórias, músicas, jornal mural, excursões, teatros, informática educacional, vídeos e execuções de projetos pedagógicos ministrados pelo corpo docente e outros.

10. DA MATRÍCULA E DA FREQUÊNCIA

É direito do aluno matricular-se numa Instituição devidamente documentada e credenciada ao Conselho Estadual da Educação, em qualquer período ou ano. Deverá ser orientado a família e o educando sobre o Regimento Escolar, no ato da matrícula, momento em que a família deve ser orientada a cerca da documentação necessário para o vínculo na

Unidade Escolar. A matrícula poderá ser feita de acordo com sua faixa etária levando em consideração o conhecimento prévio do aluno.

Também é direito do aluno a frequência escolar, assegurando o seu acesso e permanência na instituição para aquisição de conhecimento e desenvolvimento. O não comparecimento regular às aulas pode acarretar consequências tanto para o aluno quanto para a instituição de ensino, incluindo medidas disciplinares e até mesmo a perda do direito de matrícula.

11. AVALIAÇÃO, RECUPERAÇÃO, PROMOÇÃO E PROMOÇÃO PARCIAL, AVANÇO, CLASSIFICAÇÃO, PROGRESSÃO

11.1. Avaliação da Aprendizagem:

A avaliação merece um destaque à parte, pois diz respeito a um processo mais amplo e abrangente que abarca todas as ações desenvolvidas na ação pedagógica, assim como todos os sujeitos nele envolvidos. Portanto, deve estar claro para aquele que avalia que ele também é parte integrante do processo avaliativo uma vez que foi o responsável pela mediação no processo de ensino-aprendizagem. Logo, quando se lança o olhar para avaliar alguém ou alguma ação no âmbito da instituição escolar, lança-se também o olhar sobre si próprio. Ao avaliar deve-se ter em mente o processo como um todo, bem como aquele a quem se está avaliando.

Com a nova LDB 9394/96, que trouxe mudanças significativas para este novo olhar para a avaliação tanto no aspecto pedagógico como da legalidade, a escola tem proporcionado momentos de estudo e de discussão deste tema. Que não se esgotou até o presente momento.

Dentre as dificuldades que se coloca sobre a avaliação, estão presentes ainda muitas questões do passado, como: provas, trabalhos, recuperação, apropriação dos conceitos mínimos, o empenho dos alunos no processo, as condições objetivas da prática docente, em relação a correção, critérios, pareceres e a nota como prevê a Resolução 23/2000.

Compreendemos que a avaliação deve permear todas as atividades da sala, principalmente na relação professor aluno e no tratamento dos conhecimentos trabalhados neste espaço. Portanto, a intervenção do professor ajuda a construir as mediações necessárias para a construção do conhecimento.

A recuperação paralela, prevista em lei ajuda a reelaborar estes conceitos que por ventura não foram apropriados por alguma razão e que novas oportunidades de recuperação devem ser oferecidas, não restringindo apenas no sentido de realizar mais uma prova. Estas novas oportunidades deverão estar devidamente registradas no diário de classe e devem ser lembradas por todo educador que é um direito do aluno. Portanto o trabalho do professor é fundamental na condução do processo. É função docente estar atento a esta questão.

Como podemos perceber, o processo avaliativo é algo importante e complexo dentro de qualquer instituição de ensino. Por isso, existem diversos tipos e formas de avaliar o desempenho de um aluno.

Em primeiro lugar, precisamos entender a diferença entre avaliações internas e externas.

A avaliação interna é aquela aplicada dentro da instituição pelos professores, visando a acompanhar o desempenho do aluno em determinada matéria. Esse tipo de avaliação faz parte do planejamento pedagógico da instituição e é ele que vai pautar o trabalho dos docentes.

Já as avaliações externas são aquelas aplicadas fora do ambiente escolar e em larga escala, como é o caso do SAEGO e SAEB, por exemplo. São aplicadas para analisar a qualidade do ensino de maneira mais abrangente, e para pautar o desenvolvimento de políticas públicas.

Vamos falar, a seguir, sobre os 4 principais tipos de avaliação interna.

1. Avaliação diagnóstica

A avaliação diagnóstica é aquela que busca analisar o desenvolvimento dos alunos ao longo do processo. A partir desse tipo de avaliação, é possível identificar os pontos fortes e fracos de cada estudante, gerando dados que servirão de base para as futuras decisões pedagógicas da instituição. Ela pode ser aplicada com: provas escritas, provas orais, avaliação online e simulados.

2. Avaliação formativa

Já a avaliação formativa tem como objetivo avaliar se as práticas pedagógicas aplicadas na sua IES estão gerando os resultados esperados. Ela identifica os principais gargalos na relação do aluno com os métodos de aprendizagem, fazendo com que os professores entendam o que está dando certo ou não.

A avaliação formativa pode ser aplicada com estudos de caso, lista de exercícios, seminários, autoavaliação, e qualquer abordagem que ajude a entender o perfil de cada aluno e de que forma ele se sente mais confortável aprendendo.

3. Avaliação somativa

A avaliação somativa irá examinar o desempenho dos alunos como um todo, entendendo se ele realmente tem domínio do conteúdo ou não. Por exemplo, a avaliação é aplicada todo fim de semestre ou do ano para ter uma ideia mais ampla de como foram os resultados, principalmente em comparação com períodos anteriores. Isso ajuda a entender se eventuais mudanças anteriores foram efetivas ou não;

Esse tipo de avaliação pode ser aplicado com: exames de múltipla escolha, exames que pedem respostas dissertativas, entre outros que foquem no conteúdo das disciplinas.

4. Avaliação comparativa

Como o próprio nome já diz, a avaliação comparativa vai entender o aproveitamento de um aluno, comparando um período com outro. E esse tempo a ser avaliado e comparado pode ser definido pelos profissionais da educação.

Pode ser, por exemplo, o começo de uma aula e seu fim, ou um semestre com outro, um ano com outro. Se o período de comparação for menor, fica mais fácil acompanhar os resultados de perto.

A avaliação comparativa pode ser aplicada com: resumos de conteúdo, testes rápidos, para os períodos curtos, relatórios, etc.

É sempre bom lembrar que os tipos de avaliação são complementares e, se possível, devem ser aplicados em conjunto na sua instituição. Ao pensar em seus processos avaliativos, pense em cada um desses tipos e tente sempre os incluir.

11.2. Verificação do Rendimento Escolar:

Verificação do rendimento escolar é o sistema adotado para apurar o desenvolvimento qualitativo e quantitativo do processo ensino aprendizagem.

Engloba a medida da aprendizagem nos aspectos cognitivos, afetivos e psicomotores, bem como, a apuração da assiduidade.

Os aspectos qualitativos devem preponderar sobre os quantitativos, devendo ser gradual, contínua e cumulativa.

A avaliação do rendimento da aprendizagem tem em vista constatar a consecução dos objetivos curriculares.

Será feita através dos instrumentos de medida da aprendizagem reconhecidos pelo Colégio Executivo, como:

- I - trabalhos de pesquisas, com apresentação do resultado final;
- II - avaliações de cunho subjetivos e objetivos, orais ou escrita, teórica ou prática;

III - observação direta pelo docente quanto ao desempenho e auto-avaliação do discente.

As avaliações de aprendizagens podem ser desenvolvidas individualmente ou em grupo.

Os instrumentos de avaliação devem ser selecionados pelo respectivo professor e proposto à Coordenação Pedagógica ou vice-versa, conforme a natureza do conteúdo e o tratamento metodológico adotado, devendo ser utilizado, ao longo de cada bimestre, vários instrumentos de avaliação.

A avaliação é expressa em notas graduadas de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), variando em centésimos, tendo arredondamento nesta fração.

Para computo dos valores retromencionados fica estipulado que as provas por bimestre serão divididas em duas partes: a primeira trata-se de uma avaliação contínua que avalia o aluno qualitativamente durante este período, e uma segunda verificação de conhecimento, que avalia o discente quantitativamente, onde a soma das duas partes comporá o valor da verificação corrente no bimestre, conforme o presente regimento.

As notas das verificações correntes serão aquelas atribuídas aos alunos em cada disciplina, no decorrer dos 04 (quatro) bimestres em que se divide o ano letivo.

A mensuração de cada atividade da avaliação contínua que compõe a primeira parte da avaliação corrente terá que ser previamente aprovada pela Coordenação Pedagógica, obedecendo a critérios estritamente pedagógicos.

- Média Bimestral:

- Avaliação Individual Sem Consulta (P): 10,0 pontos;
- Complementos Diversos (C): 10,0 pontos;
- Simulado (S): 2,0

$$\text{Cálculo da Média Bimestral: } \mathbf{MB} = \frac{\mathbf{P + C}}{2} + \mathbf{S}$$

A Média Anual (MA), será obtida em função da média aritmética simples das notas dos quatro bimestres do ano letivo, conforme a seguinte fórmula:

$$\mathbf{MA} = \frac{\mathbf{M1 + M2 + M3 + M4}}{4}, \text{ ONDE:}$$

MA = Média anual

M1 = Média do 1º bimestre

M2 = Média do 2º bimestre

M3 = Média do 3º bimestre

M4 = Média do 4º bimestre

O professor não poderá repetir notas sem ter aplicado o respectivo instrumento de avaliação.

Findo o processo de avaliação, o resultado será repassado à Secretaria Geral para escrituração e arquivo.

O aluno que faltar a qualquer processo de avaliação da aprendizagem, por motivo justificado, poderá realizá-lo em segunda chamada, mediante requerimento dirigido à coordenação.

O pedido de segunda chamada deve ser encaminhado no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas úteis, depois de cessado o motivo do impedimento para comparecer aos trabalhos escolares.

Haverá apenas uma 2ª Chamada ao final do bimestre, que substituirá a avaliação perdida, sendo necessário a apresentação de atestado médico ou em caráter opcional com o custo de R\$ 40,00.

Algumas avaliações de 2ª Chamada ocorrerão aos sábados e também no período vespertino, no contra turno.

Ao aluno que não apresentar justificativa para sua falta em tempo oportuno, será atribuída a nota "0" (zero) na respectiva avaliação.

As faltas do aluno não podem ser abonadas e durante o ano letivo não poderão ultrapassar a 25 % (vinte e cinco por cento) por disciplina.

Havendo justificativas para as faltas é gerado ao aluno faltoso, o direito de realizar a avaliação da aprendizagem da qual deixou de participar, nos termos do artigo anterior, porém, não gera direitos à repetição ou substituição de qualquer outro tipo de atividade pedagógica.

Os pais e/ou responsáveis, no caso de alunos com idade inferior a 16 (dezesseis) anos, serão cientificados do resultado do rendimento escolar do aluno, através do Boletim Escolar, ou equivalente, sem erros e sem rasuras, a ser entregue em datas previstas no calendário escolar.

E obrigatória à participação dos alunos nas atividades programadas de educação física, sendo, facultativas aos alunos que:

- I - comprove exercer atividade profissional em jornada igual ou superior a 6 (seis) horas diárias;
- II - tenha mais de 30 (trinta) anos de idade;
- III - estiver prestando serviço militar obrigatório ou que, em outra situação, comprove estar obrigado à prática de Educação Física na Organização Militar em que serve;
- IV - esteja amparado pelo Decreto Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969, mediante laudo médico de profissional credenciado no Estado;
- V - comprove residência em zona rural, quando as atividades forem realizadas fora do horário regular das aulas;
- VI - sendo do sexo feminino, estar em período gestacional;

11.3. Recuperação:

A recuperação é uma medida de intervenção deliberada no processo educativo, desenvolvida como nova oportunidade que leve o aluno ao desempenho esperado.

É desenvolvida, prioritariamente, com orientação e acompanhamento individual dos docentes, sendo realizada sob as formas contínuas, paralelas e especial.

A Recuperação contínua será desenvolvida, destinando-se a acompanhar o grau de aprendizagem do discente e visa superar, imediatamente, as dificuldades detectadas no processo de aprendizagem.

A recuperação paralela, é uma atividade escolar que deve ocorrer concomitante ao período letivo, em horário extra, espaço físico próprio, com objetivo de recuperar conteúdos.

Caberá aos professores definirem o seu processo de recuperação junto à coordenação pedagógica, pois, o contexto avaliativo é contínuo. Visto que sendo diagnosticado o aluno com Déficit de Aprendizagem por meio de uma nota abaixo de 6,0, seja qual for o instrumento avaliativo, deverão os professores aplicarem a recomposição imediatamente.

11.4. Promoção

A promoção é concebida como ascensão no momento em que o aluno passa à série seguinte, sendo nela matriculado depois de vencer os requisitos pré-estabelecidos, em função de uma média mínima fixada, associada à apuração da assiduidade.

Considerar-se-á apto à promoção, quanto à assiduidade e aproveitamento, o aluno que obtiver frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total das aulas ministradas, e média anual igual ou superior a 6,0 (seis).

O aluno que não concluir o ano letivo com aproveitamento, deixando de atender aos requisitos para sua promoção será considerado retido, ainda que submetido ao sistema de recuperação paralela.

Será considerado desistente, o aluno que durante o ano letivo apresentar absoluta impossibilidade de conclusão da série, com a quantidade mínima de frequência exigida para aprovação.

11.5. Avanço e Aproveitamento de Estudos.

Ao aluno que apresentar alto nível de desempenho, mediante a avaliação da aprendizagem, é facultado o seu avanço em cursos e séries.

O Gestor, ouvido o conjunto dos professores do curso ou série, designará uma comissão para diagnosticar a necessidade de aplicação desse recurso e proceder à avaliação que cada situação requer.

Os procedimentos adotados para o avanço serão registrados em ata, que será lavrada em livro especialmente aberto para esse fim, cuja cópia será anexada ao dossiê individual do aluno.

O aproveitamento de estudos consiste numa faculdade da escola em aproveitar nos seus cursos, estudos realizados com êxito pelo aluno, mediante a observância dos seguintes procedimentos:

- a) apresentação de documentos de estudos concluídos com êxito em quaisquer cursos ou exames, legalmente autorizados, no mesmo nível ou nível mais elevado de ensino;
- b) análise dos documentos comprobatórios dos estudos referentes às disciplinas, séries, ciclos, períodos ou outras formas de organização do ensino, compatibilizando-os com os conteúdos das propostas curriculares em vigência.

Os documentos poderão ser dentre outros, o Histórico Escolar, os Programas de Ensino e Certificados.

O aproveitamento de estudos não formais, dos candidatos que comprovem experiência e conhecimento que permitem sua matrícula na série ou etapa adequada, deverá ser feito por comissão a ser designada pelo Gestor.

11.6. Aceleração

A aceleração objetiva regular e corrigir as distorções idade-série do aluno, consequentemente, propicia-lhe a oportunidade de atingir níveis de conhecimentos compatíveis com sua idade. Assim, serão admitidos no Colégio Executivo, depois de diagnosticados os casos e atendidos aos requisitos de espaço físico, número de alunos em sala e parecer favorável dos pais e/ou responsáveis e de comissão a ser designada pelo Gestor.

Depois de levantados os casos, o Gestor designará uma comissão de coordenadores e professores do aluno para emissão de parecer e este será submetido à apreciação e votação do Conselho Escolar, o qual se posicionará frente a cada situação.

A Coordenação Pedagógica organizará o sistema de funcionamento deste instituto, e coordenará todas as atividades de suas seções subordinadas, visando atingir o objetivo a que se deseja.

Não será admitida a aceleração do aluno que estiver frequentando a última série do Ensino Fundamental Anos Finais.

Os procedimentos adotados na aceleração serão registrados em ata específica, cuja cópia constará do dossiê do aluno, e, depois de preenchido os requisitos do benefício, terá efetivado a sua matrícula na série posterior e a nota obtida na avaliação a que foi submetido será o referencial para as notas necessárias ao cômputo das suas médias, atendendo aos critérios adotados pelo Colégio Executivo.

11.7. Classificação e Reclassificação

No Colégio Executivo o processo de Classificação baseia-se em referência legal, mediante o qual o aluno é posicionado na série ou etapa a que faz jus, e pode ser feita em qualquer série ou etapa, exceto a primeira do Ensino Fundamental, observando-se as seguintes condicionantes:

- a) Por promoção, para alunos que cursaram com aproveitamento a série ou fase anterior na própria escola;
- b) Por transferência, para candidatos procedentes de outras escolas, de outros sistemas de ensino ou vindos do exterior;
- c) Independente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição na série ou etapa adequada, conforme regulamentação do respectivo sistema de ensino.

O exame de Reclassificação é o processo legal mediante o qual o aluno é reposicionado em ano ou etapa mais adiantada daquela indicada na seriação do seu histórico escolar, por possuir competências mais avançadas e se aplica ao aluno já inserido no processo de escolarização, sendo efetuada no Colégio Executivo no início do período letivo, excluído o primeiro ano do Ensino Fundamental.

11.8. Progressão:

A progressão regular do aluno por série poderá admitir formas de progressão parcial desde que preservada a sequência do currículo.

Progressão regular é a promoção do aluno de uma série para a outra de forma sequencial, e aprovado em todas as disciplinas.

Progressão parcial é o procedimento que permite a promoção do aluno naquelas disciplinas em que demonstrou domínio, e a sua retenção naquelas em que ficou evidenciada deficiência de aprendizagem.

A progressão parcial será admitida a partir do 6º ano do Ensino Fundamental Anos Finais, quando o aluno reunir os seguintes requisitos:

- I - Não obter aprovação, permanecendo pendente em até 02 (duas) disciplinas;

II - Possibilidade de matrícula, nas matérias pendentes, em turno diverso ao da série para qual foi promovido.

O aluno cursará a (s) disciplina (s) pendente (s) neste Colégio Executivo ou em outra escola, não sendo oferecido tal possibilidade, admitir-se-á a realização da progressão parcial em outra escola desde que obedeça aos mesmos critérios (média 6,0) deste Regimento, tendo por base o currículo pleno das disciplinas em que ficou retido e adotando horário escolar diferente do qual se encontra matriculado.

A carga horária das disciplinas pendentes obedecerá à base nacional comum e parte diversificada, bem como, a frequência e os requisitos exigidos para aprovação.

Ao aluno retido na série anterior, será permitida a matrícula apenas nas disciplinas em que ficou retido.

A escola não medirá esforços para que o aluno que cursar o 9º ano do Ensino Fundamental acesse o Ensino Médio sem dever componentes curriculares em progressão parcial.

Ao aluno com progressão parcial será aplicada a mesma carga horária, frequência e requisitos exigidos para a aprovação.

A realização da Progressão Parcial é considerada atividade extra e será cobrada uma taxa no valor de R\$ 488,00 para alunos do Ensino Fundamental Anos Finais e R\$ 520,00 para alunos do Ensino Médio por disciplina, no ato da matrícula.

Ao findar o último ano do Ensino Médio, se o aluno for reprovado em até dois componentes curriculares da Base Nacional Comum Curricular, poderá ser submetido, pela escola, a processos de recuperação da aprendizagem imediatamente após o término do ano letivo regular, e, caso o aluno for retido, não poderá usufruir da progressão parcial, visto que a mesma só é permitida dentro do nível da educação básica, sendo obrigado a refazer tão somente os conteúdos dos componentes curriculares em que não obteve êxito.

12. CONSELHO DE CLASSE

O Conselho de Classe é um colegiado de natureza deliberativa e consultiva, em assuntos didáticos–pedagógicos, com atuação restrita a cada caso específico suscitado, tendo por objetivo acompanhar o processo ensino-aprendizagem quanto a seus diversos aspectos.

O Conselho de Classe, a cada bimestre letivo, será composto pelo Gestor, Secretária, Professores, Coordenação Pedagógica, representantes dos alunos, dos pais/responsáveis.

O Conselho de Classe deve avaliar o processo de desenvolvimento do processo de ensino/aprendizagem de todos os alunos de cada turma individualmente, tomando as medidas que se fizerem necessárias para o seu aprimoramento e para a recuperação daqueles que apresentarem dificuldades, qualquer que seja a sua natureza, cabendo ainda, diante de suas decisões, recurso, em última instância, ao Conselho Estadual de Educação.

Compete ao Conselho de Classe:

- I – Acompanhar e avaliar o processo de aprendizagem dos alunos;
- II – Analisar os resultados da aprendizagem dos alunos;
- III – Analisar as informações sobre conteúdos curriculares desenvolvidos, metodologia adotada, sugerindo procedimentos para melhoria do ensino;

- IV – Estudar e interpretar os resultados de avaliação obtidos no desenvolvimento do processo de ensino/aprendizagem adotado;
- V – Propor medidas para melhoria do rendimento escolar, relacionamento professor/aluno e integração do aluno à classe, inclusive sugerindo mudanças de turma;
- VI – Apreciar os resultados das atividades de recuperação proporcionadas aos alunos;
- VII – Emitir parecer didático-pedagógico sobre o processo ensino aprendizagem em atendimento à solicitação da Direção e Coordenação Pedagógica;
- VIII – Possibilitar a troca de experiências dos participantes;
- IX – Analisar, propor soluções e decidir sobre a vida escolar do aluno em todos os aspectos;
- X – Analisar sobre a promoção de alunos, a recuperação da aprendizagem, a classificação e reclassificação;
- XI - assegurar a integração horizontal e vertical do currículo, propiciando a interdisciplinaridade;

Após a realização de cada Conselho de Classe, todos os pais e/ou responsáveis devem ser participados por este em reunião pedagógica quanto ao desenvolvimento dos alunos, ouvidos sobre estratégias e medidas a serem tomadas visando ao seu aprimoramento.

Os Conselhos de Classe e as Reuniões Pedagógicas com os pais e/ou responsáveis são considerados como atividade de efetivo trabalho escolar, integrantes dos dias letivos constantes do Calendário Escolar.

As decisões do Conselho de Classe são soberanas e só podem ser revisadas e/ou modificadas por ele mesmo, mediante recurso interposto pelo interessado ou por seu representante legal, nos prazos estabelecidos neste Regimento Escolar, ficando vedada toda e qualquer ingerência ou interferência em sua autonomia e soberania.

Ao final de cada bimestre letivo o Conselho de Classe realizará amplo debate sobre o processo pedagógico, o ensino ministrado, a aprendizagem, avaliação e recuperação paralela, desenvolvidos ao longo de seu curso, promovendo as mudanças que se fizerem necessárias, com vistas ao seu aprimoramento no bimestre seguinte.

Ao término do ano letivo, o Conselho de Classe realizará análise global sobre o desenvolvimento de cada aluno, com a finalidade de avaliar se o mesmo dispõe de condições adequadas para ser promovido à série/ano seguinte ou mais elevada.

A conclusão das decisões do Conselho de Classe, por qualquer uma das alternativas possíveis, tem de ser necessariamente circunstanciada, motivada e será anotada em seu inteiro teor, em ata própria e na ficha individual do aluno.

A conclusão do Conselho de Classe será anotada, de forma sintética, no Histórico Escolar e nos Diários de Classe.

As reuniões do Conselho de Classe serão devidamente registradas, em documentos próprios, pelo secretário designado para isso, dando-se ciência do inteiro teor a todos os interessados.

Como o processo de aprendizagem tem por objetivo contribuir para o pleno desenvolvimento do aluno, é vedada dispensa deste pelo Conselho de Classe, da análise global especificada neste Regimento Escolar, quaisquer que sejam as notas por ele obtidas ao longo do ano letivo.

O Conselho de Classe é presidido, na falta ou impedimento do Gestor, pelo Coordenador Pedagógico.

Das decisões do Conselho de Classe caberá recurso ao próprio Conselho de Classe, em primeira instância, pelo aluno ou responsável, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da data da divulgação da decisão e de conformidade com as normas vigentes.

Caberá ao Conselho de Classe julgar pertinência do Recurso citado no parágrafo anterior, no prazo máximo de 03 (três) dias e dar ciência ao interessado.

Só poderá haver mudança de decisão do Conselho de Classe após julgamento do recurso.

O Conselho de Classe reunir-se-á, ordinariamente, a cada bimestre e ao final de cada semestre letivo em data específica no Calendário Escolar, e, extraordinariamente, sempre que houver necessidade.

O Conselho de Classe reunir-se-á com a presença de no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de seus membros.

A convocação para as reuniões extraordinárias será feita pelo Gestor, por circular interna, com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas.

Das decisões do Conselho de Classe cabe recurso, em última instância, ao Conselho Estadual de Educação de Goiás, que poderá revogá-las, no todo ou em parte, podendo determinar atos a serem revistos ou praticados novamente.

13. DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Entende-se por Educação Especial a modalidade de educação escolar, regida por normatização específica e destinada:

- a)** A educandos com deficiência ou transtornos globais do desenvolvimento, e;
- b)** A educandos com altas habilidades ou superdotação.

Globais do desenvolvimento, bem como para os educandos com altas habilidades ou superdotação. O Poder Público adotará a ampliação do atendimento na própria rede pública regular, disponibilizando os necessários recursos de acessibilidade, intensificando o processo de inclusão e buscando a universalização do atendimento, sendo obrigatória a mesma prática nas escolas particulares.

É dever constitucional do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar a Educação Especial a todos os educandos que dela necessitam, pois o direito à Educação Especial decorre do direito subjetivo universal à educação básica para o exercício da cidadania e da política pública de inclusão social que garanta a adoção de medidas individualizadas e coletivas, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino.

A oferta da Educação Especial tem início na etapa da Educação infantil, na faixa etária de zero a seis anos e a família deve cooperar com a escola, fornecendo as informações necessárias e colaborando no itinerário formativo do aluno.

Na Educação Especial haverá necessidade de apoio extensivo ou generalizado, com currículo diferenciado (objetivos, conteúdos, avaliação), com metodologia e tecnologia assistiva, que vise não somente à manutenção de determinadas aptidões, mas ao progressivo desenvolvimento do educando, de acordo com o tipo de deficiência.

Na escola regular, para atender aos alunos da Educação Especial, haverá Atendimento Educacional Especializado – AEE, serviço de apoio complementar e suplementar à escolarização.

Em casos excepcionais, em que em função das condições específicas dos alunos, não for possível a integração nas classes comuns do ensino regular, a escolarização com AEE será feita em classes, escolas e serviços especializados ou mediante atendimento domiciliar efetuado por equipes de apoio especializado.

A excepcionalidade se configura no caso de educandos que apresentarem deficiência intelectual de nível de apoio extensivo ou generalizado e no caso de deficiência múltipla.

O atendimento pedagógico hospitalar e domiciliar refere – se ao atendimento educacional necessário para educandos em tratamento de saúde que, temporariamente ou em caráter definitivo, os afastem da escola regular.

A instituição escolar deve promover e incentivar a participação, dos estudantes com deficiência e de suas famílias nas diversas instâncias de atuação da comunidade escolar.

Os órgãos normativos do Sistema de Ensino de Goiás estabelecerão critérios e caracterização das instituições privadas especializadas, com atuação exclusiva em Educação Especial, sem fins lucrativos, aptas a oferecer AEE, podendo receber apoio técnico e financeiro por parte do Poder Público, conforme disposto na legislação vigente.

Recursos de acessibilidade são aqueles que assegurem condições de acesso aos alunos com deficiência e mobilidade reduzida, e garantem a utilização de materiais didáticos, dos espaços, mobiliários e equipamentos, dos sistemas de comunicação e informação, dos transportes e outros serviços.

O atendimento educacional especializado aos educandos da Educação Especial deverá assegurar:

I – Currículos, métodos, técnicas, organização e recursos educativos, específicos para atender com qualidade às suas necessidades;

II – Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino, em virtude de sua capacidade e potencialidade;

III – Aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar, para os educandos com altas habilidades e ou superdotadas;

IV – Professores com habilitação para o atendimento educacional especializado, e professores de ensino regular capacitados para a inclusão desses educandos nas classes comuns;

V – Educação especial para trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade e desenvolvimento progressivo de suas habilidades, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artísticas, intelectual e psicomotora;

VI – Acesso igualitário e equânime aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível de ensino regular.

O atendimento educacional especializado poderá ser oferecido no contraturno, em salas de recursos multifuncionais na própria escola, em outra escola ou em centro de atendimento educacional especializado.

Às instituições privadas é vedada a cobrança de valores adicionais de qualquer natureza nas mensalidades, anuidades e matrículas do aluno com deficiência e com transtornos globais do desenvolvimento.

A certificação especial de conclusão de etapa, módulo, o círculo de recurso de educação básica oferecida às pessoas com deficiência (PcD) obedece à legislação em vigor.

14. CALENDÁRIO ESCOLAR

O Calendário do Colégio Executivo é o instrumento normativo onde se indicam os dias letivos a serem cumpridos e os períodos destinados às diversas atividades que serão desenvolvidas objetivando o cumprimento do Projeto Pedagógico.

O Colégio Executivo ministrará, no ensino fundamental anos finais, o mínimo de 200 (duzentos) dias letivos, correspondendo a 1120 (mil, cento e vinte) horas/aulas anuais. E no Ensino Médio, 1200 (mil e duzentas) horas/aulas anuais.

As aulas geminadas não poderão exceder a 2 (dois) tempos, quando forem de natureza teórica, salvo em situações como palestras, seminários e conferências.

As turmas funcionarão em regime de seriado, com atividades de segunda a sexta, salvo atividades extra/curriculares que poderão desenvolver-se aos sábados, conforme horários confeccionados pela Coordenação Pedagógica.

No calendário constarão ainda dias para recuperação, férias dos professores, reuniões pedagógicas, reuniões de pais e aos conselhos de classe e ensino, além de outros.

15. CRONOGRAMA DE PROJETOS

O colégio, no decorrer do ano letivo, realiza alguns projetos de acordo com a necessidade dos educandos visando um melhor aproveitamento sobre determinados assuntos que nem sempre são trabalhados no dia a dia.

Este ano teremos os seguintes projetos:

- Projeto: Visita ao planetário
- Projeto: Césio 137
- Projeto: Olimpíada Brasileira de Física
- Projeto: Festa Junina
- Projeto: Mostra Cultural
- Projeto: Laços
- Projeto: Amanhar
- Projeto: Leitura e escrita / Chá Literário
- Projeto: Drogaria anti-bullying
- Projeto: Setembro amarelo
- Projeto: Interclasse
- Projeto: Feira das Profissões
- Projeto: Memorial do cerrado
- Projeto: Museus de Goiânia
- Projeto: Uso consciente das tecnologias contemporâneas

16. AVALIAÇÃO DO PROJETO

Para manter-se o bom andamento do Projeto será feito periodicamente um acompanhamento de seu desenvolvimento em reuniões com a Comunidade Escolar. Possibilitando desta forma alcançarmos os objetivos propostos neste documento.

17. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- AGUILAR, L. E. A gestão da educação: seu significado a partir de propostas pedagógicas institucionais. Texto apresentado no III Congresso Latino-Americano de Administração da Educação – 21-25 de julho de 1997. Unicamp – São Paulo, Brasil.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: Acesso em: 23 mar. 2017.
- BRASIL. Lei Nº 13.185, de 6 de novembro de 2015. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Diário Oficial da União, Brasília, 06 de novembro de 2015.
- BRASIL. Lei Nº 15.100, de 13 de janeiro de 2025. Dispõe sobre a utilização, por estudantes, de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais nos estabelecimentos públicos e privados de ensino da educação básica. Diário Oficial da União, Brasília, 13 de janeiro de 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Brasília: MEC; SEB; DICEI, 2013. Disponível em: Acesso em: 16 out. 2017.
- BRASIL. Lei 14.811, de 12 de janeiro de 2024. Institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares, prevê a Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), e 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Diário Oficial da União, Brasília, 15 de janeiro de 2024.
- FERREIRA, N. S. C., “Gestão democrática da educação para uma formação humana: conceitos e possibilidades”. *Revista Em aberto*, Brasília, v. 17, n. 72, p. 167 – 177, fev/jun. 2000.
- FREITAS, L. C. et al. Dialética da inclusão e da exclusão: por uma qualidade negociada e emancipadora nas escolas. In: Escola Viva: elementos para a construção de uma educação de qualidade social. GERALDI, C. M. G.; RIOLFI, C. R.; GARCIA, M. F. Campinas: Mercado de Letras Edições e Livraria Ltda., 2004.
- GOIÁS, LEI No 21.501, DE 14 DE JULHO DE 2022. Assegura direitos aos alunos com Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade - TDAH ou dislexia, na forma que especifica. Diário Oficial do Estado de Goiás, 15 de julho de 2022.
- GOIÁS. Resolução CEE/CP 08, de 09 de outubro de 2024. Dispõe sobre Documentos, Escrituração e Arquivos Escolares do Sistema Educativo do Estado de Goiás e dá outras providências.

GOIÁS. Resolução CEE/CP N. 06 de 20 de setembro de 2024 - Estabelece as diretrizes curriculares para as etapas e modalidades da Educação Básica no Estado de Goiás e procedimentos para credenciamento e credenciamento, autorização e renovação de autorização de cursos das instituições de ensino públicas e particulares jurisdicionadas, e dá outras providências.

NÓVOA, Antônio. A gestão como meio de inovação e mudança na escola. IN: As organizações escolares em análise. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

PADILHA, Paulo Roberto. Diretores escolares e gestão democrática da escola. IN: Salto para o futuro – construindo a escolar cidadã, projeto político pedagógico. Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, SEED, 1998’.

PARO, Vitor Henrique. Gestão democrática da escola pública. São Paulo: Ática, 1997.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto político pedagógico da escola: uma construção coletiva. IN: Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível. 3ª Ed. São Paulo: Papirus, 1996.

18. ANEXOS

Do Bulling

A presente unidade educacional promoverá a capacitação de docentes e equipes pedagógicas para implementar ações de prevenção e solução para o problema do Bullying e Cyberbullying, assim como campanhas educativas e a orientação de pais e familiares, para identificar vítimas e agressores. Abaixo, a lei que subsidia o nosso trabalho pedagógico:

LEI Nº 13.185, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2015.

Vigência

Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying)

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (**Bullying**) em todo o território nacional.

§ 1º No contexto e para os fins desta Lei, considera-se intimidação sistemática (**bullying**) todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas.

§ 2º O Programa instituído no **caput** poderá fundamentar as ações do Ministério da Educação e das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, bem como de outros órgãos, aos quais a matéria diz respeito.

Art. 2º Caracteriza-se a intimidação sistemática (**bullying**) quando há violência física ou psicológica em atos de intimidação, humilhação ou discriminação e, ainda:

- I - ataques físicos;
- II - insultos pessoais;
- III - comentários sistemáticos e apelidos pejorativos;
- IV - ameaças por quaisquer meios;
- V - grafites depreciativos;
- VI - expressões preconceituosas;
- VII - isolamento social consciente e premeditado;
- VIII - pilhérias.

Parágrafo único. Há intimidação sistemática na rede mundial de computadores (**cyberbullying**), quando se usarem os instrumentos que lhe são próprios para depreciar, incitar a violência, adulterar fotos e dados pessoais com o intuito de criar meios de constrangimento psicossocial.

Art. 3º A intimidação sistemática (**bullying**) pode ser classificada, conforme as ações praticadas, como:

- I - verbal: insultar, xingar e apelidar pejorativamente;
- II - moral: difamar, caluniar, disseminar rumores;
- III - sexual: assediar, induzir e/ou abusar;
- IV - social: ignorar, isolar e excluir;
- V - psicológica: perseguir, amedrontar, aterrorizar, intimidar, dominar, manipular, chantagear e infernizar;
- VI - físico: socar, chutar, bater;
- VII - material: furtar, roubar, destruir pertences de outrem;
- VIII - virtual: depreciar, enviar mensagens intrusivas da intimidade, enviar ou adulterar fotos e dados pessoais que resultem em sofrimento ou com o intuito de criar meios de constrangimento psicológico e social.

Art. 4º Constituem objetivos do Programa referido no **caput** do art. 1º:

- I - prevenir e combater a prática da intimidação sistemática (**bullying**) em toda a sociedade;

II - capacitar docentes e equipes pedagógicas para a implementação das ações de discussão, prevenção, orientação e solução do problema;

III - implementar e disseminar campanhas de educação, conscientização e informação;

IV - instituir práticas de conduta e orientação de pais, familiares e responsáveis diante da identificação de vítimas e agressores;

V - dar assistência psicológica, social e jurídica às vítimas e aos agressores;

VI - integrar os meios de comunicação de massa com as escolas e a sociedade, como forma de identificação e conscientização do problema e forma de preveni-lo e combatê-lo;

VII - promover a cidadania, a capacidade empática e o respeito a terceiros, nos marcos de uma cultura de paz e tolerância mútua;

VIII - evitar, tanto quanto possível, a punição dos agressores, privilegiando mecanismos e instrumentos alternativos que promovam a efetiva responsabilização e a mudança de comportamento hostil;

IX - promover medidas de conscientização, prevenção e combate a todos os tipos de violência, com ênfase nas práticas recorrentes de intimidação sistemática (**bullying**), ou constrangimento físico e psicológico, cometidas por alunos, professores e outros profissionais integrantes de escola e de comunidade escolar.

Art. 5º É dever do estabelecimento de ensino, dos clubes e das agremiações recreativas assegurar medidas de conscientização, prevenção, diagnose e combate à violência e à intimidação sistemática (**bullying**).

Art. 6º Serão produzidos e publicados relatórios bimestrais das ocorrências de intimidação sistemática (**bullying**) nos Estados e Municípios para planejamento das ações.

Art. 7º Os entes federados poderão firmar convênios e estabelecer parcerias para a implementação e a correta execução dos objetivos e diretrizes do Programa instituído por esta Lei.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor após decorridos 90 (noventa) dias da data de sua publicação oficial.

Brasília, 6 de novembro de 2015; 194º da Independência e 127º da República.

DILMA ROUSSEFF

Luiz Cláudio Costa

Nilma Lino Gomes

Da Valorização Do Idoso

Adequamos o currículo da escola conforme a Lei nº 10.741 de 01 de Outubro de 2003 que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, especificamente atendendo ao artigo citado abaixo:

“Art. 22. Nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal serão inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria.”

COLÉGIO EXECUTIVO
MATRIZ CURRICULAR - ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS – 6º AO 9º ANO – 2025

	Áreas de conhecimento	6º ano		7º ano		8º ano		9º ano		Total
	Linguagens e Suas Tecnologias:	Aulas	CHA	Aulas	CHA	Aulas	CHA	Aulas	CHA	
I-Base Nacional Comum	1-Língua Portuguesa	6	240	6	240	6	240	6	240	960
	2-Língua Inglesa	2	80	2	80	2	80	2	80	320
	3-Arte	1	40	1	40	1	40	1	40	160
	4-Educação Física	2	80	2	80	2	80	2	80	320
	Ciências da Natureza e Suas Tecnologias:									
	5-Ciências	3	120	3	120	3	120	3	120	480
	Matemática e Suas Tecnologias:									
	6-Matemática	5	200	5	200	5	200	5	200	800
	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas:									
	7-Geografia	3	120	3	120	3	120	3	120	480
	8-História	3	120	3	120	3	120	3	120	480
	Ensino Religioso:									
	9-Ensino Religioso	1	40	1	40	1	40	1	40	160
	Subtotal	26	1040	26	1040	26	1040	26	1040	4160
II-Parte Diversificada	10-Língua Espanhola	1	40	1	40	1	40	1	40	160
	11-Projeto de Vida	1	40	1	40	1	40	1	40	160
	Subtotal	2	80	2	80	2	80	2	80	320
Total Geral		28	1120	28	1120	28	1120	28	1120	4480

Observações:

I - A matriz curricular proposta contempla o mínimo de 200 dias letivos e 1.120 horas anuais, perfazendo um total de 4.480 horas para o Ensino Fundamental Anos Finais de 6º ao 9º ano. Hora aula de 50 (cinquenta) minutos.

II - O Ensino Religioso é de matrícula facultativa ao aluno, constitui disciplina de horário normal da escola, ministrado de acordo com a legislação e normas vigentes, conforme o Art. 33 da LDB 9394/96.

III - Os conteúdos de História e Geografia de Goiás são integrados aos respectivos componentes curriculares.

IV - Prevenção e enfrentamento ao Bullying (Leis nº 17.151/12 e 14.211/2024), integrados aos componentes curriculares.

V - Cultura, História Afro Brasileira e Indígena (Lei 11.645/08) estão inseridos aos componentes curriculares de Arte, História, Língua Portuguesa e Geografia.

VI - A Educação Física é componente curricular obrigatório, e a modalidade de sua oferta será regulamentada no PPP da escola, sendo facultativa ao educando apenas nas circunstâncias previstas na L.D.B.

VII - Temas relevantes: saúde, diversidade, sexualidade, gênero, vida familiar, social e política, direitos das crianças e adolescentes, educação ambiental, educação para consumo, educação fiscal, educação para o trânsito, trabalho, ciência e tecnologia, diversidade cultural, drogas, prevenção ao Bullying e direitos dos Idosos.

VIII – Este documento tem sua fundamentação adequada à Resolução CEE/CP N. 06 de 20 de setembro de 2024.

MATRIZ CURRICULAR NOVO ENSINO MÉDIO - LMCH - 2025

ÁREAS DO CONHECIMENTO		COMPONENTES CURRICULARES	1ª Série			2ª Série			3ª Série			TOTAL			TOTAL HR
			Aulas	CHA	HR	Aulas	CHA	HR	Aulas	CHA	HR	Aulas	CHA	HR	
I- Base Nacional Comum	Linguagens e Suas Tecnologias	1-Língua Portuguesa	4	160	133 : 20	4	160	133 : 20	4	160	133 : 20	12	480	400 : 00	700 : 00
		2-Língua Estrangeira Moderna - Inglês	1	40	33 : 20	1	40	33 : 20	1	40	33 : 20	3	120	100 : 00	
		3-Arte	1	40	33 : 20	1	40	33 : 20	1	40	33 : 20	3	120	100 : 00	
		4-Educação Física	1	40	33 : 20	1	40	33 : 20	1	40	33 : 20	3	120	100 : 00	
	Matemática e Suas Tecnologias	5-Matemática	4	160	133 : 20	4	160	133 : 20	4	160	133 : 20	12	480	400 : 00	400 : 00
	Ciências da Natureza e suas Tecnologias	6-Física	2	80	66 : 40	2	80	66 : 40	3	120	100 : 00	7	280	233 : 20	700 : 00
		7-Química	2	80	66 : 40	3	120	100 : 00	2	80	66 : 40	7	280	233 : 20	
		8-Biologia	3	120	100 : 00	2	80	66 : 40	2	80	66 : 40	7	280	233 : 20	
	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	9-História	2	80	66 : 40	2	80	66 : 40	2	80	66 : 40	6	240	200 : 00	600 : 00
		10-Geografia	2	80	66 : 40	2	80	66 : 40	2	80	66 : 40	6	240	200 : 00	
		11-Filosofia	1	40	33 : 20	1	40	33 : 20	1	40	33 : 20	3	120	100 : 00	
		12-Sociologia	1	40	33 : 20	1	40	33 : 20	1	40	33 : 20	3	120	100 : 00	
Subtotal			24	960	800 : 00	24	960	800 : 00	24	960	800 : 00	72	3000	2400 : 00	2400 : 00
Linguagens Códigos e Suas Tecnologias + Matemática e Suas Tecnologias + Ciências Humanas e Sociais Aplicadas															
II - Parte Diversificada	COMPONENTE CURRICULAR		1ª Série			2ª Série			3ª Série			TOTAL			TOTAL HR
			Aulas	CHA	HR	Aulas	CHA	HR	Aulas	CHA	HR	Aulas	CHA	HR	
	ITINERÁRIO	Projeto de Vida	1	40	33 : 20	1	40	33 : 20	1	40	33 : 20	3	120	100 : 00	600 : 00
		Produção de texto	2	80	66 : 40	2	80	66 : 40	2	80	66 : 40	6	240	200 : 00	
		Língua Estrangeira Moderna - Espanhol	1	40	33 : 20	1	40	33 : 20	1	40	33 : 20	3	120	100 : 00	
		Redes Sociais	2	80	66 : 40	--	--	--	--	--	--	2	80	100 : 00	
		Política	--	--	--	2	80	66 : 40	--	--	--	2	80	33 : 20	
		Jornalismo	--	--	--	--	--	--	2	80	66 : 40	2	80	66 : 40	
	Subtotal		6	240	200 : 00	6	240	200 : 00	6	240	200 : 00	18	600	600 : 00	600 : 00
Total		30	1200	1000 : 00	30	1200	1000 : 00	30	1200	1000 : 00	90	3600	3000 : 00	3000 : 00	

Observações:

I - A matriz curricular proposta contempla o mínimo de 200 dias letivos e 1.200 horas anuais, perfazendo um total de 3.600 horas para o Ensino Médio. Hora aula de 50 (cinquenta) minutos.

II - Os conteúdos de História e Geografia de Goiás são integrados aos respectivos componentes curriculares.

III - Prevenção e enfrentamento ao Bullying (Leis nº 17.151/12 e 14.211/2024), integrados aos componentes curriculares.

IV - Cultura, História Afro Brasileira e Indígena (Lei 11.645/08) estão inseridos aos componentes curriculares de Arte, História, Língua Portuguesa e Geografia.

V - A Educação Física é componente curricular obrigatório, e a modalidade de sua oferta será regulamentada no PPP da escola, sendo facultativa ao educando apenas nas circunstâncias previstas na L.D.B.

VI - Temas relevantes: saúde, diversidade, sexualidade, gênero, vida familiar, social e política, direitos das crianças e adolescentes, educação ambiental, educação para consumo, educação fiscal, educação para o trânsito, trabalho, ciência e tecnologia, diversidade cultural, drogas, prevenção ao Bullying e direitos dos Idosos.

VII - Este documento tem sua fundamentação adequada à Resolução CEE/CP N. 06 de 20 de setembro de 2024.

MATRIZ CURRICULAR NOVO ENSINO MÉDIO - LMCN - 2025

ÁREAS DO CONHECIMENTO		COMPONENTES CURRICULARES	1ª Série			2ª Série			3ª Série			TOTAL			TOTAL HR
			Aulas	CHA	HR	Aulas	CHA	HR	Aulas	CHA	HR	Aulas	CHA	HR	
I - Base Nacional Comum	Linguagens e Suas Tecnologias	1-Língua Portuguesa	4	160	133 : 20	4	160	133 : 20	4	160	133 : 20	12	480	400 : 00	700 : 00
		2-Língua Estrangeira Moderna - Inglês	1	40	33 : 20	1	40	33 : 20	1	40	33 : 20	3	120	100 : 00	
		3-Arte	1	40	33 : 20	1	40	33 : 20	1	40	33 : 20	3	120	100 : 00	
		4-Educação Física	1	40	33 : 20	1	40	33 : 20	1	40	33 : 20	3	120	100 : 00	
	Matemática e Suas Tecnologias	5-Matemática	4	160	133 : 20	4	160	133 : 20	4	160	133 : 20	12	480	400 : 00	400 : 00
	Ciências da Natureza e suas Tecnologias	6-Física	2	80	66 : 40	2	80	66 : 40	3	120	100 : 00	7	280	233 : 20	700 : 00
		7-Química	2	80	66 : 40	3	120	100 : 00	2	80	66 : 40	7	280	233 : 20	
		8-Biologia	3	120	100 : 00	2	80	66 : 40	2	80	66 : 40	7	280	233 : 20	
	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	9-História	2	80	66 : 40	2	80	66 : 40	2	80	66 : 40	6	240	200 : 00	600 : 00
		10-Geografia	2	80	66 : 40	2	80	66 : 40	2	80	66 : 40	6	240	200 : 00	
		11-Filosofia	1	40	33 : 20	1	40	33 : 20	1	40	33 : 20	3	120	100 : 00	
		12-Sociologia	1	40	33 : 20	1	40	33 : 20	1	40	33 : 20	3	120	100 : 00	
Subtotal			24	960	800 : 00	24	960	800 : 00	24	960	800 : 00	72	2880	2400 : 00	2400 : 00
Linguagens Códigos e Suas Tecnologias + Matemática e Suas Tecnologias + Ciências na Natureza e Suas Tecnologias															
II - Parte Diversificada	COMPONENTE CURRICULAR		1ª Série			2ª Série			3ª Série			TOTAL			TOTAL HR
			Aulas	CHA	HR	Aulas	CHA	HR	Aulas	CHA	HR	Aulas	CHA	HR	
	ITINERÁRIO	Projeto de Vida	1	40	33 : 20	1	40	33 : 20	1	40	33 : 20	3	120	100 : 00	600 : 00
		Produção de texto	2	80	66 : 40	2	80	66 : 40	2	80	66 : 40	6	240	200 : 00	
		Língua Estrangeira Moderna - Espanhol	1	40	33 : 20	1	40	33 : 20	1	40	33 : 20	3	120	100 : 00	
		Educação Financeira	2	80	66 : 40	--	--	--	--	--	--	2	80	66 : 40	
		Lógica e Cotidiano	--	--	--	2	80	66 : 40	--	--	--	2	80	66 : 40	
		Ciências e Alimentação	--	--	--	--	--	--	1	40	33 : 20	1	40	33 : 20	
		Matemática para ENEM	--	--	--	--	--	--	1	40	33 : 20	1	80	33 : 20	
	Subtotal		6	240	200 : 00	6	240	200 : 00	6	240	200 : 00	18	720	600 : 00	600 : 00
Total		30	1200	1000 : 00	30	1200	1000 : 00	30	1200	1000 : 00	90	3600	3000 : 00	3000 : 00	

Observações:

I - A matriz curricular proposta contempla o mínimo de 200 dias letivos e 1.200 horas anuais, perfazendo um total de 3.600 horas para o Ensino Médio. Hora aula de 50 (cinquenta) minutos.

II - Os conteúdos de História e Geografia de Goiás são integrados aos respectivos componentes curriculares.

III - Prevenção e enfrentamento ao Bullying (Leis nº 17.151/12 e 14.211/2024), integrados aos componentes curriculares.

IV - Cultura, História Afro Brasileira e Indígena (Lei 11.645/08) estão inseridos aos componentes curriculares de Arte, História, Língua Portuguesa e Geografia.

V - A Educação Física é componente curricular obrigatório, e a modalidade de sua oferta será regulamentada no PPP da escola, sendo facultativa ao educando apenas nas circunstâncias previstas na L.D.B.

VI - Temas relevantes: saúde, diversidade, sexualidade, gênero, vida familiar, social e política, direitos das crianças e adolescentes, educação ambiental, educação para consumo, educação fiscal, educação para o trânsito, trabalho, ciência e tecnologia, diversidade cultural, drogas, prevenção ao Bullying e direitos dos Idosos.

VII - Este documento tem sua fundamentação adequada à Resolução CEE/CP N. 06 de 20 de setembro de 2024.

CALENDÁRIO ESCOLAR 2025

Ensino Fundamental II / Ensino Médio

Legenda	
	Início das aulas
	<u>Dias Letivos presenciais</u>
	Reunião c/ os pais
	Feriado
	Recesso
	Simulado
	Férias
	Provas Bimestrais
	Mostra Cultural
	Planejamento Pedagógico
	Conselho de Classe
	Segunda Chamada
	Festa Junina
	Preparatório ENEM

Feriados / Comemorações	
01/jan	Ano Novo
04/mar	Carnaval
18/abr	Sexta feira santa
21/abr	Tiradentes
01/mai	Dia do Trabalhador
24/mai	Padroeira de Goiânia
19/jun	Corpus Christi
07/set	Independência do Brasil
12/out	Padroeira do Brasil
24/out	Aniversário de Goiânia
02/nov	Finados
15/nov	Proclamação da República
20/nov	Consciência Negra
25/dez	Natal

Planejamento inicial - 2025	
13/jan	Formação Geral - Mat. Didático
14/jan	Formação Geral - Transdisciplinar
15/jan	Formação Geral - Projetos
16/jan	Linguagens e Ciências Humanas
17/jan	Matemática e Ciências da Natureza

Dias letivos 1º semestre - 113
Dias letivos 2º semestre - 93
Total de dias letivos - 206
Observação: Os dias de Conselho de Classe, reunião de pais, reuniões pedagógicas e culminância de projetos realizados aos sábados serão considerados dias letivos.

OBS.: ESTE CALENDÁRIO PODERÁ SOFRER ALTERAÇÕES

Janeiro						
D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	
15 DIAS LETIVOS						

Fevereiro						
D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	
20 DIAS LETIVOS						

Março						
D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					
18 DIAS LETIVOS						

Abril						
D	S	T	Q	Q	S	S
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30			
20 DIAS LETIVOS						

Maio						
D	S	T	Q	Q	S	S
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	31
20 DIAS LETIVOS						

Junho						
D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30					
20 DIAS LETIVOS						

Julho						
D	S	T	Q	Q	S	S
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31		
01 DIA LETIVO						

Agosto						
D	S	T	Q	Q	S	S
					<u>1</u>	★
3	●	5	6	<u>7</u>	8	★
10	<u>11</u>	<u>12</u>	<u>13</u>	<u>14</u>	<u>15</u>	★
17	<u>18</u>	<u>19</u>	<u>20</u>	<u>21</u>	<u>22</u>	★
24	<u>25</u>	<u>26</u>	<u>27</u>	<u>28</u>	<u>29</u>	★
31						

21 DIAS LETIVOS

Setembro						
D	S	T	Q	Q	S	S
	<u>1</u>	<u>2</u>	<u>3</u>	<u>4</u>	<u>5</u>	★
7	<u>8</u>	<u>9</u>	<u>10</u>	<u>11</u>	<u>12</u>	★
14	<u>15</u>	<u>16</u>	<u>17</u>	<u>18</u>	<u>19</u>	★
21	<u>22</u>	<u>23</u>	<u>24</u>	<u>25</u>	<u>26</u>	★
28	<u>29</u>	<u>30</u>				

22 DIAS LETIVOS

Outubro						
D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	★
5	6	7	8	9	10	★
12	13	14	15	16	17	★
19	20	21	22	23	★	★
26	27	28	29	30	31	
21 DIAS LETIVOS						

Novembro							
D	S	T	Q	Q	S	S	
						1	
2	3	4	5	6	7	8	
9	10	11	12	13	14	15	
16	17	18	19	20	21	22	
23	24	25	26	27	28	29	
30							
18 DIAS LETIVOS							

Dezembro						
D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			
10 DIAS LETIVOS						



PROJETO DE COMBATE À PRÁTICA DE BULLYING – “SOMOS UM”

INTRODUÇÃO

A violência está presente, na maioria das cidades, evidenciada pelos altos índices de criminalidade, decorrentes da desigualdade social, miséria, ineficiência do poder público. Atualmente, a violência se manifesta de uma maneira mais intensa e atinge diretamente as pessoas no seu dia a dia.

A escola não é impermeável às transformações da sociedade, nem está a salvo de ser palco de violência. A violência nas escolas é um fenômeno complexo que reflete as violências existentes nos demais meios sociais. Ela pode se manifestar nas relações interpessoais como nas ações contra o patrimônio público, bens alheios e uso e tráfico de drogas nas redondezas da escola (REIS; CONCEIÇÃO, 2012).

A violência que se presencia nas escolas é uma das facetas dos variados tipos de violência que ocorrem na sociedade atual, sendo vivenciada na família, nos locais de trabalho, nas ruas, influenciando as crianças, adolescentes e jovens e, assim, tendo graves repercussões na escola (ROLIM, 2009)

As discriminações e os preconceitos presentes no espaço escolar também são violências simbólicas utilizadas para manter os grupos das diversas minorias à margem nos muitos espaços sociais representativos. No espaço escolar, esses tratamentos distintos são aflorados, ficam mais evidentes. A instituição escolar é, ao mesmo tempo, vítima e autora dos processos violentos.

A violência acontece em todos os centros escolares com maior ou menor intensidade e reclama o nosso interesse por quanto pode representar grande dano psicológico, social e físico para o aluno que a sofre, a exerce ou a presencie. Portanto, é um fenômeno altamente complexo que requer estudos e reflexões (FERNÁNDEZ, 2005).

Violência quer dizer uso da força física, psicológica ou intelectual para obrigar outra pessoa a fazer algo que não está com vontade, é constranger, é tolher a liberdade, é incomodar, é impedir a outra pessoa de manifestar o seu desejo e sua vontade, sob pena de viver gravemente ameaçada ou até mesmo ser espancada, lesionada ou morta. É um meio de coagir, de submeter outrem a seu domínio, é uma violação dos direitos essenciais do ser humano (TELLES; MELO, 2002).

Na escola, a violência se manifesta de diferentes maneiras, seja por meio de relações de domínio-submissão ou do silêncio diante de casos de bullying, cada vez mais frequentes (ELIAS, 2011).

O tipo de violência mais comumente encontrado nas escolas é o bullying, um termo ainda pouco conhecido do grande público. De acordo com a Artº 1º § 1º da Lei 13.185/2015 considera-se intimidação sistemática ou bullying todo ato de violência

física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas.

Segundo o Artº 3º da mesma Lei, o bullying pode ser classificado em:

- I - Verbal: insultar, xingar, apelidar pejorativamente;
- II – Moral: difamar, caluniar, disseminar rumores;
- III – Sexual: assediar, induzir e/ou abusar;
- IV – Social: ignorar, isolar, excluir;
- V – Psicológico: perseguir, amedrontar, aterrorizar, dominar, manipular, chantagear, infernizar;
- VI – Físico: socar, chutar, bater;
- VII – Material: furtar, roubar, destruir pertences de outrem;
- VIII – Virtual: depreciar, enviar mensagens intrusivas da intimidade, enviar ou adulterar fotos e dados pessoais que resultem em sofrimento ou com intuito de criar meios de constrangimento psicológico e social.

As consequências são as mais variadas possíveis e dependem muito de cada indivíduo, da sua estrutura, de vivências, de predisposição genética, da forma e da intensidade das agressões. No entanto, todas as vítimas, sem exceção, sofrem com os ataques de *bullying* (em maior ou menor proporção).

Muitas levarão marcas profundas provenientes das agressões para a vida adulta, e necessitarão de apoio psiquiátrico e/ou psicológico para a superação do problema. Os problemas mais comuns são: desinteresse pela escola; problemas psicossomáticos; problemas comportamentais e psíquicos como transtorno do pânico, depressão, anorexia e bulimia, fobia escolar, fobia social, ansiedade generalizada, entre outros. O *bullying* também pode agravar problemas preexistentes, devido ao tempo prolongado de estresse a que a vítima é submetida. Em casos mais graves, podem-se observar quadros de esquizofrenia, homicídio e suicídio.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

- ☐ Implementar ações de discussão, prevenção e combate ao bullying e cyberbullying no Colégio Executivo.

Objetivos Específicos

- ☐ Cumprir a Lei nº 13.185 de 06 de novembro de 2015.
- ☐ Identificar precocemente casos de *bullying*.
- ☐ Criar espaços no interior da escola para escuta e discussão sobre o tema.
- ☐ Mobilizar os discentes a reflexão sobre bullying, por meio de questionários, das artes, literatura e concursos.
- ☐ Orientar e envolver os pais no processo de desenvolvimento do projeto.
- ☐ Estimular a empatia, respeito às diferenças, solidariedade, visando uma cultura de paz.
- ☐ Mobilizar professores a trabalhar o tema em sala de aula.

- Esclarecer aos alunos o que é bullying e cyberbullying e as consequências na vida dos outros.
- Desestimular a prática do bullying e cyberbullying no ambiente escolar.

JUSTIFICATIVA

O *bullying* existe em todas as escolas, o grande diferencial entre elas é a postura que cada uma tomará frente aos casos de *bullying*. Por incrível que pareça os estudos apontam para uma postura mais efetiva contra o *bullying* entre as escolas públicas.

A escola é corresponsável nos casos de *bullying*, pois é lá onde os comportamentos agressivos e transgressores se evidenciam ou se agravam na maioria das vezes.

Em linhas gerais o *bullying* é um fenômeno universal e democrático, pois acontece em todas as partes do mundo onde existem relações humanas e onde a vida escolar faz parte do cotidiano dos jovens.

De acordo com Silva, vivemos tempos difíceis, em que a violência e a agressividade infantojuvenil são crescentes e ameaçam a todos nós. Auxiliar e conduzir as novas gerações na construção futura de uma humanidade mais justa e menos violenta é um imperativo de que todos nós deveríamos nos incumbir, pois, a falta de conhecimento sobre a existência, o funcionamento e frequência da violência entre estudantes propiciam o aumento no número e na gravidade dos casos (SILVA, 2010).

No Brasil existe uma legislação específica sobre a violência escolar ou bullying. A Lei nº 13.185 de 6 de novembro de 2015, institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). O Artº 5º descreve que é dever do estabelecimento de ensino, dos clubes e das agremiações recreativas assegurar medidas de conscientização, prevenção, diagnose e combate à violência e à intimidação sistemática (bullying). Além da referida Lei, podemos contar com ainda uma legislação específica para as crianças e os adolescentes, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, conhecida como ECA – o Estatuto da Criança e do Adolescente, que prevê de forma clara, medidas de proteção e sócio educativas a jovens que cometam atos infracionais, com a Lei maior do país, a Constituição Federal, de 1988 e nas legislações educacionais existentes, tais como, a LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394 de 20 de dezembro 1996, que estabelece as diretrizes da educação no país e com o ROD- Regulamento da Organização Didática do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará.

A escola deve ser responsável por uma educação pautada em valores, portanto, não pode se mostrar ausente no cumprimento de suas responsabilidades e do cumprimento da legislação vigente bem como do seu próprio regulamento.

A família que é a principal responsável pela formação moral dos filhos, pela transmissão de valores, tais como, honestidade, solidariedade, respeito, tolerância, tem se mostrado negligente nessa tarefa ou a tem delegado à escola, esta por sua vez tem demonstrado não estar preparada para esta função. Por este motivo, se faz necessário um maior envolvimento entre família e escola para buscar soluções aos problemas vivenciados no ambiente escolar.

Diante de tal constatação faz necessário que a escola disponha de ações voltadas para a conscientização, prevenção e enfrentamento ao bullying e cyberbullying junto aos estudantes de maneira formal e sistemática durante todo o ano letivo, capaz de orientá-los acerca da cidadania, do respeito, fomentando relacionamentos saudáveis e uma cultura de paz, cumprindo assim com nossa missão de educar os jovens para serem cidadãos éticos, responsáveis e capazes de conviver em sociedade.

METODOLOGIA

Durante o ano de 2020, o projeto será realizado com todas as turmas do turno vespertino, sob a supervisão e aplicação da coordenação pedagógica, entre os meses de fevereiro e novembro.

1. Explicação em sala de aula quanto ao projeto, seus objetivos, etapas e consequências;
2. Convocar os pais para uma reunião e detalhar o projeto, pois serão envolvidos;
3. Aplicação do questionário 1 – Pesquisa quanto aos conhecimentos relacionados ao tema (Pode ser utilizado como avaliação para todas as turmas e disciplinas);
4. Professores abordarem o tema de forma transversal, interdisciplinar, com foco em sua disciplina. Aplicar alguma atividade avaliativa relacionada ao tema;
5. Aplicação do questionário 2 – Pesquisa quanto às práticas do bullying;
6. Levantamento estatístico do questionário 2;
7. Apresentação dos resultados a toda a comunidade escolar.

CRONOGRAMA

AÇÃO / MESES	02	03	04	05	06	08	09	10	11
Explicação em sala de aula quanto ao projeto, seus objetivos, etapas e consequências;	X								
Convocar os pais para uma reunião e detalhar o projeto, pois serão envolvidos;	X								
Aplicação do questionário 1 – Pesquisa quanto aos conhecimentos relacionados ao tema (Pode ser utilizado como avaliação para todas as turmas e disciplinas);	X	X							
Professores abordarem o tema de forma transversal, interdisciplinar, com foco em sua disciplina. Aplicar alguma atividade avaliativa relacionada ao tema	X	X	X	X	X	X	X	X	
Aplicação do questionário 2 – Pesquisa quanto às práticas do bullying;			X	X					
Levantamento estatístico do questionário 2;				X	X	X			
Apresentação dos resultados a toda a comunidade escolar.									X

REFERÊNCIAS

CNJ Conselho Nacional de Justiça. Cartilha - Bullying: justiça nas escolas, 2010.

ELIAS, M. A. Violência escolar: caminhos para compreender e enfrentar o problema. São Paulo: Ática educadores, 2011.

FERNÁNDEZ, I. Prevenção da violência e solução de conflitos: o clima escolar como fator de qualidade. São Paulo: Madras, 2005.

REIS, T. T; CONCEIÇÃO, M. I. Violência nas escolas: tendências mundiais. In: AMPARO, D. M. et al (Org). Adolescência e violência: intervenções e estudos clínicos, psicossociais e educacionais. Brasília: Liber Livro e Editora Universidade de Brasília, 2012.

SILVA, A. B. *“bullying”*: mentes perigosas na escola. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

TELLES, M. A. de A; MELO, M. *O que é violência contra a mulher*. Editora Brasiliense, 2012.

AÇÕES EXTRAS:

- ☐ Trabalhar com alunos (rodas de conversa, cine debate, teatro, concurso de frases, redação, cartazes com premiação, exposição dialogada, distribuição de folders sobre bullying no intervalo pelos próprios alunos, surgimento de líderes)
- ☐ Trabalhar com os pais (palestra)
- ☐ Concurso de frases para conscientização e combate ao bullying na escola, em português, inglês, espanhol e libras (parceria com professores de idiomas). As melhores frases nas quatro línguas serão fixadas nos corredores da escola e os alunos receberão premiação. A escolha será feita por uma comissão composta de professores, técnico administrativo e aluno.

“A educação e o respeito são valores pra toda a vida”

PROJETO DE COMBATE À PRÁTICA DE BULLYING – “SOMOS UM”

SÉRIE: _____

1) Você já sofreu algum tipo de BULLYING na escola?

A) SIM B) NÃO

2) Quando foi a última vez que você sofreu algum tipo de BULLYING na escola?

A) Nunca sofri BULLYING na escola. B) Hoje C) Nas primeiras semanas de aula.
D) No último ano. E) Há mais de 1 ano.

3) Que tipo de BULLYING você sofreu?

A) Fui empurrado, fui chutado, bateram em mim. B) Fui apelidado, riram de mim.
C) Contaram mentiras/fofocas a meu respeito. D) Fui ameaçado.
E) Outras coisas. Explique: _____

4) Onde isso aconteceu?

A) Indo ou vindo da escola. B) Na sala de aula. C) No pátio da escola. D) Nos banheiros da escola.
E) Em outro local.

5) Como você se sentiu quando isso aconteceu?

A) Não me incomodou. B) Me senti assustado. C) Fiquei com medo. D) Não queria mais ir para escola.
E) Outros. Explique: _____

6) O que você fez quando sofreu BULLYING na escola?

A) Eu chorei. B) Falei com o Diretor/Coordenador/Monitor. C) Eu me defendi. D) Não contei para ninguém.
E) Falei com meus pais. F) Falei com outros, quem? _____

7) Algum dos seus professores ajudou você a não sofrer BULLYING na escola?

A) Não, porque eles não sabiam. B) Não, nenhum deles me ajudou.
C) Sim, tentaram ajudar, mas a situação piorou. D) Sim, tentaram e o BULLYING diminuiu.
E) Sim, eles tentaram ajudar e não aconteceu mais. F) Outros: _____

8) Algum colega tentou impedir que você parasse de sofrer BULLYING?

A) Não, porque eles não sabiam. B) Não, nenhum deles me ajudou.
C) Sim, tentaram ajudar, mas a situação piorou. D) Sim, tentaram e o BULLYING diminuiu.
E) Sim, eles tentaram ajudar e não aconteceu mais.
F) Outros: _____

9) O que você pensa sobre quem pratica BULLYING na escola?

A) Não penso nada. B) Não gosto deles. C) Tenho pena deles.
D) Gosto deles. E) Penso que eles são mais fortes.

10) Porque você acha que alguns colegas fazem BULLYING contra outros?

- A) Porque as vítimas merecem castigo. B) Por brincadeira. C) Porque eles são provocados.
D) Outras razões: _____

11) Quando você viu alguns de seus colegas sofrerem BULLYING na escola, o que você fez?

- A) Nunca vi ninguém sofrendo. B) Eu não ajudei, mas gostei de ver.
C) Pedi aos agressores que parassem. D) Pedi socorro a direção professores, monitores.
E) Eu socorri o colega. F) Outros. Quais? _____

12) Na sua opinião, de quem é a culpa se o BULLYING continua acontecendo?

- A) De quem agride. B) Dos pais deles.
C) Da Direção da escola. D) Dos professores.
E) De quem é agredido. F) Dos outros alunos que assistem e não fazem nada.

13) Você já praticou BULLYING contra outros colegas?

- A) Eu nunca pratiquei BULLYING contra os colegas. B) Só 1 ou 2 vezes.
C) Pelo menos 1 vez por semana. D) Todos os dias.

14) De que forma você praticou BULLYING contra os colegas da escola?

- A) Não pratiquei BULLYING contra os colegas. B) Bati, dei pontapés.
C) Quebrei ou peguei dinheiro deles. D) Coloquei apelidos, xinguei.
E) Outros. Quais? _____

15) O que você sentiu quando praticou BULLYING contra outros colegas na escola?

- A) Não fiz BULLYING contra meus colegas. B) Eu me senti bem.
C) Senti que eles mereciam o castigo. D) Tenho certeza que fariam o mesmo comigo.
E) Eu me senti mal. F) Eu senti pena do colega.
G) Outros _____

16) Você contou para alguém sobre o BULLYING que praticou?

- A) SIM B) NÃO C) Descobriram sem eu contar.

17) Alguém conversou com você sobre o BULLYING que você fez contra outros colegas da escola?

- A) Não fiz BULLYING contra meus colegas da escola. B) Ninguém falou comigo
C) O Diretor, Coordenador, professor D) Os meus pais ou responsáveis.
E) Os meus amigos F) Outros. Quem? _____

18) Você está disposto a ajudar a escola a desenvolver um trabalho para a redução do BULLYING?

- A) Não, porque nunca vi ninguém sofrendo BULLYING nesta escola.
B) Não, porque eu não acho que o BULLYING seja um problema para os alunos.
C) Não, porque eu acho que não vai adiantar nada.
D) Não, embora eu ache importante desenvolver esse trabalho, eu não gostaria de ajudar.
E) Sim, eu gostaria de ajudar.

19) Caso sua resposta à pergunta 18 seja SIM, de que forma você gostaria de ajudar?

COLÉGIO EXECUTIVO

PROJETO DE COMBATE À PRÁTICA DE BULLYING – “SOMOS UM”

ORIENTAÇÕES PARA EXECUÇÃO DA PESQUISA:

- 1. PERGUNTAS E RESPOSTAS DEVEM SER COPIADAS EM FOLHAS PAUTADAS.**
- 2. DEVE CONTER CAPA COM IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR, NOME DO PROJETO, NOME DO ALUNO E DO RESPONSÁVEL OU RESPONSÁVEIS QUE COLABORARAM COM A PESQUISA E DATA DE REALIZAÇÃO.**
- 3. DEVE CONTER NA ÚLTIMA PÁGINA A FONTE DE PESQUISA.**
- 4. DEVE SER ENTREGUE NA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA, PELO REPRESENTANTE OU VICE-REPRESENTANTE DE TURMA, ATÉ O DIA _____ 2020.**

1. O que é bullying?
2. O que não é bullying?
3. O bullying é um fenômeno recente?
4. O que leva o autor do bullying a praticá-lo?
5. Como identificar o alvo do bullying?
6. Quais são as consequências para o aluno que é alvo de bullying?
7. O que é pior: o bullying com agressão física ou o bullying com agressão moral?
8. O espectador também participa do bullying?
9. Existe diferença entre o bullying praticado por meninos e por meninas?
10. O que fazer em sala de aula quando se identifica um caso de bullying?
11. Qual o papel do professor em conflitos fora da sala de aula?
12. Como lidar com o bullying contra alunos com deficiência?
13. O professor também é alvo de bullying?
14. O que fazer para evitar o bullying?
15. Como agir com os alunos envolvidos em um caso de bullying?
16. Como deve ser uma conversa com os pais dos alunos envolvidos no bullying?
17. O que fazer em casos extremos de bullying?
18. O que é bullying virtual ou cyberbullying?
19. Como lidar com o cyberbullying?

SUGESTÃO COMO FONTE DE PESQUISA:

<https://novaescola.org.br/conteudo/336/bullying-escola>



CONSCIÊNCIA NEGRA: DEBATE E RESSIGNIFICAÇÃO

Marcelo dos Santos Zorzetti

Goiânia, 2025.

1. Identificação do projeto

Consciência Negra: Debate e Resignificação

2. Professores responsáveis :

Luiz

Ryan

Maria

3. Área de concentração:

História

Sociologia

Filosofia

Ensino Religioso

4. Justificativa

"O analfabeto do século XXI não será aquele que não consegue ler e escrever, mas aquele que não consegue aprender, desaprender, e reaprender."

(Alvin Toffler)

Historicamente, o Brasil, no aspecto legal, teve uma postura ativa e permissiva diante da discriminação e do racismo que atinge a população afrodescendente brasileira até hoje. Nesse sentido, ao analisar os dados que apontam as desigualdades entre brancos e negros, constatou-se a necessidade de políticas específicas que revertam o atual quadro.

No campo da educação, promover uma educação ética, voltada para o respeito e convívio harmônico com a diversidade deve-se partir de temáticas significativas, que propiciem condições para que os alunos e as alunas desenvolvam sua capacidade dialógica, tomem consciência de nossas próprias raízes históricas que ajudaram e ajudam a constituir a cultura e formar a nação brasileira; pois, o preconceito e o racismo são uma das formas de violência. Diante disso, quais as situações que temos possibilidades de mudar? Qual seria a nossa contribuição concreta para viabilizar a conscientização das pessoas? São perguntas que o projeto prevê responder através de um olhar interdisciplinar.

O Dia da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro, foi instituído oficialmente pela lei nº 12.519, de 10 de novembro de 2011. A data faz referência à morte de Zumbi, o então líder do Quilombo dos Palmares – situado entre os estados de Alagoas e Pernambuco, na região Nordeste do Brasil. Zumbi foi morto em 1695, na referida data, por bandeirantes liderados por Domingos Jorge Velho, comemorar esta data é debater e refletir sobre as diferenças raciais e a importância de cada um no processo de construção de nosso país, estado e comunidade.

O desafio de ensinar que também somos frutos desses elementos étnico-culturais, que contribuíram de várias maneiras para a formação da sociedade brasileira, não era tarefa fácil. Era preciso criar estratégias para o direcionamento da ação docente e que essas pudessem promover a reconstrução e a ressignificação de conceitos, contextos e métodos que auxiliassem na narrativa do professor.

Nas últimas décadas, a historiografia vem apresentando uma série de novos trabalhos que procuraram renovar a percepção sobre a escravidão negra e nossa sociedade ao longo da história. A forma de enxergar a participação do escravo nas ações e práticas cotidianas também foi repensa.

O conhecimento histórico não é imutável e pode ser revisto à medida que o campo científico avança, que nos leva a refletir constantemente sobre a nossa formação e os saberes docentes que reunimos para realizar o trabalho em sala de aula.

Em meio à diversidade de valores e culturas a que estamos inseridos, faz-se necessário repensarmos nossas ações diante das atitudes de desrespeito com os afrodescendentes que formam a maioria da população brasileira sendo historicamente discriminados e desrespeitados em suas raízes e manifestações.

Assim sendo, percebe-se a necessidade de um trabalho constante desde as séries iniciais até o ensino médio, proporcionando debates constantes, momentos de reflexão e valorização da cultura Africana, compreendendo sua importância para diálogo e convivência harmônica com a diversidade.

5. Objetivos

5.1. Objetivo geral

Levar os alunos a refletirem sobre a diversidade étnico-cultural para compreenderem que cada povo possui sua identidade própria, presente nas crenças, costumes, história e organização social. Perceberem suas contribuições para o desenvolvimento da humanidade, em especial do Brasil, também levar o aluno a se perceber parte desse povo. Assim, promover o respeito às diferenças de qualquer gênero para a valorização do ser humano e da identidade cultural de todos os povos, para que dessa forma mudanças significativas na prática social sejam percebidas e seja efetivado o desenvolvimento da consciência cidadã.

5.2. Objetivos específicos

- Promover o crescimento do aluno como ser crítico;
- Oferecer aos alunos conhecimentos que lhes permitam buscar a superação do racismo e preconceito;
- Proporcionar aos alunos momentos de reflexão sobre a riqueza presente nas diferentes culturas;
- Desenvolver a co-responsabilidade pela vida social como compromisso individual e coletivo;
- Destacar as diferentes formas de racismo e discriminação através do resgate da memória cultural do povo negro;
- Estimular o respeito aos direitos humanos e exclusão de qualquer tipo de discriminação;
- Trazer à tona discussões provocantes, por meio das rodas de conversa, para um posicionamento mais crítico frente à realidade social em que vivemos.

6. Metodologia

A prática de ensino objetivada neste projeto visa promover uma educação ética, voltada para o respeito e convívio harmônico com a diversidade.

Sugestões de atividades:

- Refletir em relação ao início do racismo no Brasil;
- Reconhecer a herança cultural dos negros;
- Refletir e opinar sobre o papel do negro na formação da nação brasileira;
- Debater temas como: Preconceito racial / O processo de abolição;
- Apresentação de figuras ilustres negras e mestiças da história brasileira passada e atual, bem como de pessoas afro brasileiro do convívio dos alunos.

Passo a passo

Os passos a serem seguidos para a execução deste projeto serão os seguintes:

- 1) Aplicação de um questionário junto aos alunos para averiguar as informações que possuem sobre a África;
- 2) Exibição do curta “Vista minha pele” e apresentação Power Point “A canção dos homes”;
- 3) Uma pesquisa se dará em grupo sobre um aspecto da cultura brasileira que é herança do povo africano, com a confecção de cartazes.
- 4) Novamente será aplicado o mesmo questionário da fase inicial para averiguação do impacto das atividades.

7. Cronograma

- 09 a 06 de outubro: aplicação inicial do questionário;
- 09 a 20 de outubro: Exibição do curta “Vista minha pele” e apresentação Power Point “A canção dos homes” e debates sobre os mesmos.
- 25 de outubro a 1 de novembro: Uma pesquisa se dará em grupo sobre um aspecto da cultura brasileira que é herança do povo africano, com a confecção de cartazes.
- 06 a 10 de novembro – Aplicação de questionário para averiguação do impacto das atividades.
- 13 de novembro a 20 de novembro – Exposição do trabalhos desenvolvidos (cartazes e textos produzidos)

8. Anexos

Questionário a ser aplicado junto aos alunos (início)

1) O que você sabe sobre a África?

2) A África é um continente ou país?

3) Se é um continente, cite alguns países que fazem parte dele?

4) Quais aspectos dessa cultura encontramos no Brasil?

5) Quais problemas a população negra enfrenta atualmente no Brasil, em Goiás e na sua cidade?

6) Quais aspectos da religião afro-brasileira você conhece?

7) Você já assistiu algum filme africano? Já ouviu alguma música? Leu algum conto?

8) Se sim, o que achou? Se não, por quê?

9) O que você gostaria de saber sobre a África?

Questionário a ser aplicado após o termino do projeto

1) O que você aprendeu sobre a África? -----

2) Quais aspectos da cultura africana encontramos no Brasil?

3) Quais aspectos da religião afro-brasileira você conhece?

4) As aulas atenderam as suas expectativas iniciais sobre a África, ou seja, abordou os temas que você gostaria de saber? O que você gostaria de saber que não foi tratado nas aulas?

5) O que você achou das aulas/conteúdos/textos/filmes sobre a África?

6) Espaço para outras observações que achar necessário.

<http://www.emdialogo.uff.br/content/caderno-ciencias-humanas-projeto-consciencia-negra-educacao-nao-tem-cor>



PROJETO GENTILEZA

O VALOR DO IDOSO

GOIÂNIA/2025

PROJETO GENTILEZA

O VALOR DO IDOSO

Justificativa

O idoso está em nossa casa, na comunidade, nos clubes de dança, nas praças, nas academias até mesmo no mercado de trabalho ele é mais ativo que em anos passados.

Com esta sequencias de atividades entende-se que esteja também na escola, convivendo um pouco com crianças e jovens e assim passando sua experiência para eles a interação percebe o respeito e valorização do idoso.

Objetivos

- Valorizar a história de vida, às experiências, a sabedoria adquirida ao da vida da pessoa idosa.
- Promover o convívio das pessoas idosas com as demais gerações
- Promover o respeito à dignidade e a cidadania das pessoas idosas
- Compreender a valorização do idoso como questão social atual.
- Entender às necessidades e dificuldades do idoso no seu cotidiano.
- Sensibilizar os jovens a reconhecer o quanto se faz necessário ter um olhar diferenciado nas tratativas com o idoso.

Metodologia

Organizar roda de conversa e pedir que relatem como eles percebem e relacionam com a geração da terceira idade.

Pesquisar e fazer um levantamento de dados dos idosos abandonados pelos familiares e maus tratos.

Orientá-los para adotar um idoso e disponibilizarem um pouquinho do seu tempo para dialogar com o idoso amigo ou familiares durante duas semanas. Ouvir às histórias de vida do idoso.

Registrar o momento com o idoso, foto ou vídeo.

Reunir as registros do coletivo e fazer slide com a música de fundo - Gentileza da cantora Marisa Monte.

Montar um mosaico com recortes de imagens de idosos interagindo com crianças, jovens, família e em atividades (física, lazer, trabalho e outros).

Montar uma galeria com fotos dos docentes com os idosos adotados.

Fechamento

Proporcionar um momento com os docentes para ouvir os relatos deles sobre a experiência que tiveram com idoso durante a interação.

Um momento de reflexão da importância do idoso na sociedade em que vivemos entender que todos serão idosos um dia. Interrogá-los como eles gostariam de ser tratados quando alcançarem a terceira idade.

Convidar idosos para assistirem os vídeos sobre a história do Gentileza

Apresentação e exposição dos registros do projeto.

Avaliação

Será realizada durante todo o desenvolvimento do projeto, com o objetivo de verificar o interesse e o envolvimento dos docentes, podendo sofrer mudanças durante sua realização.

Goiânia/2025



TÍTULO DO PROJETO: Setembro Amarelo – Valorização da vida.	
INÍCIO: 10 de Setembro de 2025	CULMINÂNCIA: Durante as aulas de ensino religioso cada turma irá criar frases de conscientização, e divulgar mensagens motivacionais através dos símbolos que representam o Setembro Amarelo e assistir uma palestra com um psicólogo.
TEMA GERADOR: Valorização da vida, incentivando os alunos a buscarem e oferecerem ajuda sobre a sua saúde mental.	
JUSTIFICATIVA: ▪ Tendo em vista vários casos de suicídio entre os adolescentes, percebemos a necessidade de alertar os estudantes sobre a importância de cuidar da saúde mental. ▪ Nesse projeto será estimulado a escrita, o diálogo e a troca de experiências, oferecendo aos alunos um apoio emocional.	
OBJETIVOS: ▪ Conscientizar os alunos sobre o cuidado com a saúde mental. ▪ Reduzir os números de casos de distúrbios psicológicos. ▪ Divulgar as redes de apoios para os alunos que vivem conflitos emocionais. ▪ Incentivar os alunos a falarem abertamente sobre os sentimentos.	
PÚBLICO: Todos os alunos do fundamental II do 6º ao 9º Ano.	
METODOLOGIA: ▪ Aula teórica, com textos informativos. ▪ Rodas de conversas. ▪ Exercícios no caderno de ensino religioso. ▪ Os alunos irão expor suas frases de conscientização sobre saúde mental, utilizando os símbolos do Setembro Amarelo, como fitinhas, balão amarelo e o girassol. ▪ Palestra com um psicólogo sobre saúde mental.	
RECURSOS MATERIAIS: ▪ Textos informativos. ▪ Fitinhas amarelas. ▪ Balão amarelo. ▪ Flor girassol (artificial) ▪ Recursos áudio visual – projetor. ▪ Cartazes.	

CRONOGRAMA: 10 de Setembro a 26 de Setembro de 2025.

RESULTADOS ESPERADOS: ▪ Promoção do Autocuidado
▪ Diminuição dos casos de depressão entre os alunos.
▪ Acolhimento dos alunos em caso de sofrimento emocional.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Pode haver uma alteração no cronograma do projeto, dependendo do andamento dos temas e da disponibilidade do palestrante.

Andréia Santana Maciel

ASSINATURA DO PROF. RESPONSÁVEL

DATA: ____ / ____ / ____

PARECER DA DIREÇÃO:



PROJETO PEDAGÓGICO - 2025

TÍTULO DO PROJETO: LEITURA E ESCRITA	
INÍCIO: 27/01/2025	CULMINÂNCIA: __/11/2025
TEMA GERADOR: INCENTIVO A LEITURA E ESCRITA	
JUSTIFICATIVA: O tema “Leitura e escrita” é de extrema relevância, pois a leitura desempenha um papel fundamental no desenvolvimento cognitivo e emocional dos alunos. Através da leitura, os estudantes não apenas ampliam seu vocabulário, mas também desenvolvem habilidades críticas e criativas na escrita, essenciais para a formação de cidadãos conscientes e participativos. Este projeto visa proporcionar aos professores ferramentas e estratégias que facilitem a introdução e o aprofundamento da literatura no cotidiano escolar, contribuindo para um aprendizado mais significativo e prazeroso.	
OBJETIVOS: Estimular o hábito da leitura entre os alunos, promovendo atividades que despertem o interesse pela literatura. Fomentar discussões em sala de aula sobre temas abordados nas obras literárias, incentivando a reflexão crítica. Desenvolver atividades interativas que integrem a literatura com outras disciplinas, como artes, história e as demais. Promover a escrita criativa, incentivando os alunos a produzirem seus próprios textos literários.	
PÚBLICO: Alunos do Ensino Fundamental 2 (6º ao 9º ano)	
METODOLOGIA: No início do Projeto, trabalhar com a leitura compartilhada de gêneros variados (conto, fábulas, crônica, HQs etc.), em seguida fazer resumo dos textos lidos. E com o andamento do projeto, ir aumentando gradativamente o grau de dificuldade dos textos. No início do 2º semestre iniciar as produções individuais de textos como (conto, crônica, fábulas, dentre outros).	
RECURSOS MATERIAIS: Textos impressos, caderno, folhas A4, canetas e lápis coloridos, TNT, cola branca, cola quente, tesoura, EVA.	
CRONOGRAMA: Início: Leitura e resumo :27 de janeiro até junho. Leitura e Produções textuais: 03 de fevereiro até novembro.	
RESULTADOS ESPERADOS: Espera-se que os estudantes tornem a leitura um hábito, e compreendam como produzir seus próprios textos.	

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

PROJETO DAS PROFESSORAS EDNARA DA SILVA MEDEIROS E SIMONE RAMOS A. O.
PESSOA

PARECER DA DIREÇÃO:

ASSINATURA DO PROF. RESPONSÁVEL

DATA: ____ / ____ / ____



PROJETO PEDAGÓGICO - 2025

TÍTULO DO PROJETO: VISITA AO PLANETÁRIO	
INÍCIO: A ser avaliado.	CULMINÂNCIA: A ser avaliado.
TEMA GERADOR: ASTRONOMIA	
JUSTIFICATIVA: Para promover uma aula mais dinâmica, investigativa, prática e lúdica, a realização do projeto se faz eficaz. Questões físicas como gravitação (forças gravitacionais, campos gravitacionais), questões como a composição e movimento dos corpos celestes (planetas, estrelas, asteroides e etc.), como as teorias que descrevem criação do nosso universo (De onde viemos? Quem somos nós? Para onde vamos?), se tornam complexas de serem compreendidas por se tratarem, às vezes, de assuntos mais abstratos. Com o objetivo de tornar a física dos astros e a filosofia da existência humana algo mais palpável para nossos alunos, o projeto se torna presente.	
OBJETIVOS: O objetivo do projeto é elucidar conceitos físicos como força gravitacional, campo gravitacional e velocidade orbital. Além disso, instigar em nossos alunos o pensamento crítico sobre a existência humana no universo. Quem somos nós? Onde estamos? Tudo teve um início? Tudo terá um fim? O que seria tudo? Por fim, demonstrar através dos fenômenos projetados pelo planetário (aparelho didático-pedagógico) o processo de composição de nossos astros, demonstrar a existência de um grande e extraordinário mundo além do nosso planeta.	
PÚBLICO: 1º ANO	
METODOLOGIA: Aula passeio.	
RECURSOS MATERIAIS: Projetor didático pedagógico (planetário)	
CRONOGRAMA: A ser avaliado.	
RESULTADOS ESPERADOS: Como resultado desse projeto, é esperado que nossos alunos possam desenvolver pensamentos mais críticos a cima de assuntos científicos. Que a compreensão sobre seu lugar no mundo lhe torne mais suscetível a perguntar o porque dos fenômenos ao seu redor. Criar pensamento científico. É de se esperar de uma maior compreensão a respeito de assuntos mais abstratos (gravitação) abordados pelo professor em sala.	
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: "O Planetário Juan Bernardino Marques Barrio oferece horários de terça à sábado para visitas de turmas escolares que tenham interesse nas sessões na cúpula do Planetário. As escolas deverão fazer o agendamento pelo telefone (62) 3521-2770, com antecedência de no máximo um mês. É cobrado a entrada no valor de R\$ 5,00 por estudante, com cortesia para até 3 professores (o número excedente de professores pagará o mesmo valor que o aluno). Aceitamos apenas dinheiro em espécie como pagamento. E a reserva só pode ser feita para, no mínimo, 30 pagantes."	
_____ ASSINATURA DO PROF. RESPONSÁVEL DATA: ____/____/____	PARECER DA DIREÇÃO:



PROJETO PEDAGÓGICO - 2025

TÍTULO DO PROJETO: OLIMPÍADA BRASILEIRA DE FÍSICA	
INÍCIO: A ser avaliado.	CULMINÂNCIA: A ser avaliado.
TEMA GERADOR: Olimpíada	
JUSTIFICATIVA: Para promover uma aula mais dinâmica, investigativa, prática e lúdica, a realização do projeto se faz eficaz. Questões físicas como gravitação (forças gravitacionais, campos gravitacionais), questões como a composição e movimento dos corpos celestes (planetas, estrelas, asteroides e etc.), como as teorias que descrevem criação do nosso universo (De onde viemos? Quem somos nós? Para onde vamos?), se tornam complexas de serem compreendidas por se tratarem, às vezes, de assuntos mais abstratos. Com o objetivo de tornar a física dos astros e a filosofia da existência humana algo mais palpável para nossos alunos, o projeto se torna presente.	
OBJETIVOS: O projeto consiste na preparação dos alunos para competições em Física. O principal objetivo é desenvolver o ensino de Física na escola. Acreditando que projetos como este são fundamentais para o desenvolvimento futuro do estudante brasileiro, o foco neste trabalho seria a ampliação criativa, lógica e harmônica da resolução de problemas de nossos adolescentes.	
PÚBLICO: 1º Ano, 2º Ano e 3º Ano.	
METODOLOGIA: Competição científica.	
RECURSOS MATERIAIS: Não haverá materiais a serem utilizados diretamente nesse projeto. Literaturas, livros, sites, dentre outros recursos, poderão ser elucidados pelo professor para um melhor preparo do aluno.	
CRONOGRAMA: A primeira etapa geralmente ocorre no mês de Setembro/Outubro podendo se estender até dezembro para os alunos que se classificarem.	
RESULTADOS ESPERADOS: Como resultado desse projeto, é esperado que nossos alunos possam desenvolver maior interesse pela carreira científica. Como sabemos, o ingresso e permanência de alunos em um curso de graduação superior em ciências é muito baixo. Como uma forma de estimular nossos jovens à seguir carreira tanto acadêmica superior quanto científica, o projeto é objetivado.	
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Taxa de inscrição de escola: R\$ 30,00 (por escola). Requerida para uma escola poder inscrever seus estudantes. Taxa da 1ª fase: R\$ 10,00 (por estudante). Requerida para fazer a Prova da 1ª Fase. Taxa da 2ª fase: R\$ 20,00 (por estudante). Requerida para fazer a Prova da 2ª Fase. Taxa da 3ª fase de estudantes do 9º ano à 2ª série: R\$ 40,00 R\$ 30,00 (por estudante). Requerida para fazer as Provas Experimental e Teórica da 3ª Fase. Taxa da 3ª fase de estudantes do 6º ano ao 8º ano ou da 3ª série: R\$ 20,00 (por estudante). Requerida para fazer a prova Teórica da 3ª Fase.	
ASSINATURA DO PROF. RESPONSÁVEL DATA: ____/____/____	PARECER DA DIREÇÃO:

TÍTULO DO PROJETO: CÉSIO-137	
INÍCIO: A ser definido.	CULMINÂNCIA: A ser definido.
TEMA GERADOR: Incidente do Césio-137 em Goiás.	
JUSTIFICATIVA: O incidente com o isótopo radiativo de Césio-137 foi o maior incidente radioativo do Brasil e um dos maiores do mundo. A título de gerar conhecimento por parte de nossos alunos desse acontecimento histórico na cidade ao qual nós residimos, o projeto se implementa. Os alunos a partir desse trabalho, compreenderão os aspectos da radioatividade, entenderão o que são materiais radioativos, qual sua importância em meios de produção energética e como lidar de forma segura com estes tipos de materiais referenciando eventos passados (o incidente).	
OBJETIVOS: O projeto consiste na construção científica e histórica do pensamento de nossos alunos. O objetivo deste projeto é levar aos discentes a compreensão física sobre as questões mais amplas da radioatividade. Decaimentos radioativos, radiação ionizante e não ionizante, lixo radioativo e seu devido descarte são objetivos de aprendizagem físico nesse trabalho. Compreender como a história se transcorreu em 1987 em prol dos acontecimentos do incidente do isótopo radioativo do Césio-137 em Goiânia também se faz objetivo nesse projeto. O saber do passado nos ajuda a se precaver no presente para que possamos criar um novo futuro. O infeliz caso do Césio-137 não deve tornar a se repetir, e para isso medidas foram e são tomadas regularmente. Quais medidas foram e estão sendo tomadas? O objetivo do processo histórico é dizer a resposta a esta pergunta para nossos adolescentes.	
PÚBLICO: 2º Ano e 3º Ano.	
METODOLOGIA: Ensino expositivo, ensino pelos pedagogia histórico-crítica (Phc).	
RECURSOS MATERIAIS: Não haverá materiais a serem utilizados diretamente nesse projeto, exceto os demonstrados no CRCN-CO (Centro Regional de Ciências Nucleares do Centro-Oeste).	
CRONOGRAMA: A ser definido.	
RESULTADOS ESPERADOS: Como resultado desse projeto, é esperado que nossos alunos consigam diferenciar radiação ionizante de radiação não-ionizante, que compreendam o que são materiais radioativos naturais e seus aspectos de decaimentos, que saibam diferenciar raios alfa de raios beta e raios gama, que desenvolvam pensamento crítico e científico acima da história do incidente ocorrido, e que por fim, possam promover um sistema de colaboração ao se estabelecer no passeio um estudo conjunto.	
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Contatos: BR 060, km 174,5 / Abadia de Goiás - GO – Brasil / CEP 75345-000 / Tel.: (62) 3604-6000 / Email: crcnco@cnen.gov.br Coordenação: Coordenador: Walter mendes Ferreira / E-mail: walter.ferreira@cnen.gov.br / Fones: (62) 3503-6101 / 6102 / Serviço de Proteção Radiológica: : Walter Mendes Ferreira / E-mail: walter.ferreira@cnen.gov.br / Fones: (62) 3503-6101 / 6102 Gerência Administrativa: Responsável: Wolf do Carmo Araújo / E-mail: wolf.araujo@cnen.gov.br / Fones: (62) 3503-6115 Setor de Emergência: Responsável: Alex da Silva Lima / E-mail: alex.lima@cnen.gov.br / Fones: (62) 3503-6120 ou (62) 98268-6774	

_____ ASSINATURA DO PROF. RESPONSÁVEL DATA: ____/____/____	PARECER DA DIREÇÃO:
--	----------------------------